

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA
PÚBLICA DE MATO GROSSO 2016 - 2019



CUIABÁ – MATO GROSSO

2016

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
SECRETARIA EXECUTIVA
NÚCLEO DE GESTÃO ESTRATÉGICA PARA RESULTADOS

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA
PÚBLICA DE MATO GROSSO 2016 - 2019

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA – SESP
CUIABÁ – MATO GROSSO

2016

Tiragem: 200 exemplares

Créditos das imagens. Coluna da esquerda: primeira foto, reunião do Gabinete de Gestão Integrada (GGI), imagem enviada por Lucas Maciel - 1º Ten. PM; segunda foto, formação de condutores, créditos da Coordenadoria de Escola Pública de Trânsito; terceira foto, Cromatógrafo, acervo da Assessoria de Imprensa da POLITEC. Coluna da direita: primeira foto, formatura da PM, créditos Soldado PM Douglas Campos Elias; segunda foto; atividades de aerotransporte, créditos da administração do CIOPAer; terceira foto, viaturas específicas do Corpo de Bombeiro Militar, créditos da Coordenadoria de Comunicação Social (BM-5) do CBMMT.

Elaboração, distribuição e informações:
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
Secretaria Executiva
Núcleo de Gestão Estratégica
Av. Transversal – Bloco B – Anexo II
CEP: 78050-970 – Cuiabá – MT

Organização e Coordenação Geral

Patricia de Cassia Valerio Fachone

Equipe de coordenação

Alex Sandro Sales da Costa
Juliana Elizabeth da Silva Viana
Fabiana de Mello Vidotto
Patricia de Cassia Valerio Fachone
Sidnei Rogério Novais

Equipe Técnica

Alessandra Paiva Puertas
Alessandro Gonçalves Guimarães Ferreira
Carlo Ralph De Musis
Carlos Fernando da Cunha Costa
Danielle Almeida Kormann
Danielle M. de Almeida Trevisan
Diana Maria de Lima
Diogo Tartarini Herrero
Elton Souza
Fabiane de Sousa Melo
Fabio Ricas de Araújo

Equipe Técnica (continuação)

Fernando Giroto Santiago
Gênison Brito Alves Lima
João Rainho Júnior
Juliano Chirolí
Keila Regina da Silva Nunes Costa
Leandro Gustavo Alves Costa
Lucas Maciel
Luciana Bragança Brandão da Silva
Marcello Ferreira de Carvalho
Maria Conceição Gomes de Souza
Maryane Cristina Bastos da Cruz
Marry de Souza Diniz
Michel Ferronato
Rafael Dias Guimarães
Sheila Sebalhos Santana
Susan Marcelly da Paixão Carvalho
Vagner Jorge Santino da Silva
Walmir Akihiro Oribe
Willyam Becker Demartin

Agradecimentos

Eryvan Christyan Pimenta dos Santos
Ottoni Cezar Castro Soares
Waltemberg de Sousa Santos
Zózima Dias Santos

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte

M425p Mato Grosso. Secretaria de Segurança Pública. Núcleo de Gestão Estratégica.

Planejamento Estratégico da Secretaria de Segurança Pública de Mato Grosso: 2016-2019
Objetivos estratégicos e metas / – Cuiabá, MT: NGER, 2016.
69 p. : il. color.

ISBN 978-85-9343453-01-4 (Suporte papel)
ISBN 978-85-93453-00-7 (Ebook)

1. Plano Estratégico. 2. Segurança Pública – Mato Grosso. I. Secretaria de Segurança Pública.
Núcleo de Gestão Estratégica para Resultados. II. Título.

CDU 351.75(083.9)(817.2)

Ficha catalográfica elaborada pelo Bibliotecário Waltemberg de Sousa Santos. CRB/1: 2248

Permitida a reprodução parcial ou total desde que citada a fonte.

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO

AUTORIDADES

Governador do Estado	José Pedro Gonçalves Taques
Vice Governador do Estado	Carlos Henrique Baqueta Fávaro
Secretário-Chefe da Casa Civil	Paulo Cesar Zamar Taques
Secretário-Chefe da Casa Militar	Airton Benedito de Siqueira Júnior
Secretário de Segurança Pública	Rogers Elizandro Jarbas
Secretário Executivo de Segurança Pública	Luiz Gustavo Tarraf Caran
Secretário Adjunto de Integração Operacional	Rhaygino Sarly Setúbal
Secretário Adjunta de Inteligência	Gustavo Garcia Francisco
Secretária Adjunta de Administração Sistêmica	Marilyn Adriany de Lima Rondon
Comandante Geral da Polícia Militar	Gley Alves de Almeida Castro
Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar	Julio Cezar Rodrigues
Delegado Geral da Polícia Judiciária Civil	Rogério Atílio Modelli
Diretor Geral da POLITEC	Reginaldo Rossi do Carmo
Presidente do DETRAN	Arnon Osny Mendes Lucas

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1** – Evidencia a sociedade no centro do trabalho das instituições de segurança pública, e esquematiza alguns dos principais aspectos relacionais do setor de segurança pública para consecução de suas atividades 24
- Gráfico 1** - Comparação dos valores absolutos de homicídios por RISP's entre o 1º semestre de 2014 e o de 2015 29
- Gráfico 2** - Comparação dos valores absolutos de roubos por RISP's entre o 1º semestre de 2014 e o de 2015 30
- Gráfico 3** - Comparação dos valores absolutos de furtos por RISP's entre o 1º semestre de 2014 e o de 2015 30
- Gráfico 4** - Comparação dos valores absolutos de ocorrências de drogas por RISP's entre o 1º semestre de 2014 e o de 2015 31
- Gráfico 5** - Despesas correntes da SESP-MT em 2015 32
- Gráfico 6** - Despesas de capital da SESP-MT em 2015 32
- Gráfico 7** - Montante do orçamento (atualizado) da Secretaria destinado ao pagamento de pessoal e de encargos sociais 33

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Tabela 1 – Série histórica de indicadores padronizados de taxa de violência letal intencional	27
Tabela 2 - Série histórica de indicadores padronizados de taxa de homicídio de crianças e adolescentes (0 a 18 Anos)	28
Tabela 3 - Série histórica de indicadores padronizados de crimes contra o patrimônio – veículos	28
Tabela 4 - Série histórica de indicadores padronizados de crimes contra o patrimônio – exceto veículos	28
Quadro 1 - RISP - Regiões Integradas de Segurança Pública	29
Quadro 2 - Resume a análise situacional referente à categoria ‘pessoas’	34
Quadro 3 - Resume a análise situacional referente à categoria ‘tecnologia’	35
Quadro 4 - Resume a análise situacional referente à categoria ‘infraestrutura’	36
Quadro 5 - Resume a análise situacional referente à categoria ‘processos’ internos	37
Quadro 6 - Resume os objetivos estratégicos	53
Quadro 7 - Agrega o painel de indicadores	59

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIN – Agência Brasileira de Inteligência
CBM – Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso
CETran – Conselho Estadual de Trânsito do Estado de Mato Grosso
CIOPAer – Centro Integrado de Operações Aéreas do Estado de Mato Grosso
CIOSP – Centro Integrado de Operações de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso
CONTRAN – Conselho Nacional de Trânsito
DC - Defesa Civil
DENATRAN – Departamento Nacional de Trânsito
DETRAN – Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso
ENAFRON – Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras
G.P. – Gestão de Pessoas
GEFRON – Grupo Especial de Fronteira
GGI – Gabinete de Gestão Integrada
Jud est – Judiciário Estadual
MD – Ministério da Defesa
MJ – Ministério da Justiça
MP est – Ministério Público do Estado de Mato Grosso
MTI – Empresa Mato-Grossense de Tecnologia da Informação
PF – Polícia Federal
PJC – Polícia Judiciária Civil do Estado de Mato Grosso
PM - Polícia Militar do Estado de Mato Grosso
POLITEC – Perícia Oficial e Identificação Técnica do Estado de Mato Grosso
PRF – Polícia Rodoviária Federal
S.P. – Sistema Penitenciário
SAAS – Secretaria Adjunta de Administração Sistêmica
SAI – Secretária Adjunta de Inteligência
SEC - Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer
SEFAZ- Secretaria de Estado de Fazenda
SEGES – Secretaria de Estado de Gestão
SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública
SEPLAN – Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação
SES – Secretaria de Estado de Saúde
SESP – Secretaria de Estado de Segurança Pública
SETAS – Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social
SUADM – Superintendência Administrativa
T.I – Tecnologia da Informação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	NOÇÕES SOBRE O CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	17
2.1	O planejamento e orçamento públicos	17
2.2	A formulação de políticas públicas e a construção de indicadores	19
3	ANÁLISE SITUACIONAL: DE ONDE PARTIMOS?	23
3.1	A difícil missão de caracterizar a Secretaria de Estado de Segurança Pública de Mato Grosso	23
3.1.1	Identidade organizacional.....	25
3.2	Problematização: de onde partimos?	26
3.2.1	Análise situacional: perspectiva da sociedade.....	26
3.2.2	Análise situacional: perspectiva organizacional.....	31
3.2.2.1	Perspectiva da gestão de pessoas.....	34
3.2.2.2	Perspectiva da gestão tecnológica	35
3.2.2.3	Perspectiva da gestão de infraestrutura.....	36
3.2.2.4	Perspectiva da gestão dos processos.....	37
4	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA SEGURANÇA PÚBLICA DE MATO GROSSO: PARA ONDE VAMOS?	39
4.1	Objetivos estratégicos, metas e iniciativas	39
4.1.1	Perspectiva da sociedade	39
4.1.1.1	Objetivo estratégico 1 “Pactuar políticas que envolvem a segurança pública nas interfaces com os entes municipais, os poderes constituídos e os setores organizados da sociedade”.	40
4.1.1.2	Objetivo estratégico 2: “Instituir redes de ações de prevenção social da violência e da criminalidade”.....	40
4.1.1.3	Objetivo estratégico 3: “Elevar a sensação de segurança da população mato-grossense”.	41
4.1.1.4	Objetivo estratégico 4: “Elevar a confiança da população mato-grossense nas instituições de segurança pública”.	42

4.1.1.5	Objetivo estratégico 5: “Aumentar a capacidade de proteger e de atender os cidadãos pelas instituições de segurança pública”	42
4.1.1.6	Objetivo estratégico 6 “Aprimorar o enfrentamento à criminalidade pelas instituições de segurança pública”	46
4.1.2	Perspectiva da organização	48
4.1.2.1	Objetivo estratégico 7: “Motivar os profissionais das instituições de segurança pública”	48
4.1.2.2	Objetivo estratégico 8 : “Reduzir a lacuna infraestrutural das instituições de Segurança Pública”	49
4.1.2.3	Objetivo estratégico 9: “Dinamizar e integrar os procedimentos de aquisições entre as unidades gestoras e a administração sistêmica da SESP ”	50
4.1.2.4	Objetivo estratégico 10: “Fortalecer o sistema de inteligência estadual por meio de formação de uma rede de produção de conhecimento”	51
4.2	Mapa estratégico	54
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	55

Mensagem do Secretário

Este planejamento estrutura o caminho a ser trilhado pelos órgãos de segurança pública do Estado de Mato Grosso para a obtenção da tão almejada sensação de segurança. Para tanto, traz um arcabouço comum que abarca e correlaciona o sistema de segurança pública estadual, tendo como alicerce a interação entre os profissionais de segurança pública, a gestão por resultados e a regionalização.

O conceito de integração dos órgãos de segurança pública está sendo alavancado para o de interação. Enquanto a integração representava união e proximidade como principais características, a interação tem por propósito estabelecer maior sinergia entre os profissionais de segurança pública e dos mais variados segmentos sociais para a obtenção de resultados consistentes. A regionalização compatibiliza as áreas de atuação dos órgãos de segurança pública e possibilita uma análise criminal mais profunda e real, proporcionando ações qualificadas e um melhor emprego das forças de segurança. Esse desenho permite que os profissionais de segurança pública de uma determinada região sejam bonificados pelo alcance das metas operacionais estipuladas. A ideia subjacente é refinar procedimentos e ajustar a metodologia de trabalho das unidades de segurança pública, internamente e em relação a outros órgãos, para a consecução dos objetivos, criando parcerias fortes e estratégicas que serão materializadas em um Pacto pela Segurança Pública.

Complementarmente, almeja-se que o serviço de segurança usufrua de maior confiança da população. O resultado será obtido pela contínua e progressiva ‘profissionalização’ da gestão, tanto operacional quanto sistêmica. Consonante, os setores tradicionalmente conhecidos por ‘inteligência’ são centrais neste planejamento, pois conformam a rede neural que intercomunica as diretrizes de aproximação entre ciência e segurança pública. Ao propor a superação do histórico afastamento do setor de segurança e da academia, ambiciona-se que a produção de pesquisas científicas, como a de vitimização, sensação de segurança, e confiança da população nos órgãos de Segurança Pública Estadual, bem como produção de anuários e periódicos científicos tornem-se rotinas internas que visam a informar as decisões estratégicas, táticas e operacionais. Assim, a política poderá ser baseada em evidências, e as atividades profissionais, em métodos e técnicas.

Para concretizar os resultados esperados por este planejamento estratégico, faz-se mister desdobrá-lo em planejamentos tático e operacional; monitorar o alcance das metas; e,

replanejar sempre que os cenários requeiram. O planejamento deve ser flexível o suficiente para comunicar o ponto de chegada, permitindo os ajustes de trajetória. Com o envolvimento dos profissionais de segurança, sociedade e setores organizados da sociedade, aliado a muito trabalho e obstinação, os objetivos almejados serão alcançados e a sociedade se sentirá verdadeiramente mais segura.

Rogers Elizandro Jarbas.

1 INTRODUÇÃO

Este planejamento estratégico, para o período de 2016 a 2019, consiste em um instrumento que comunica o compromisso que a Secretaria de Estado de Segurança Pública firma, no presente, em relação a um futuro melhor para a segurança da sociedade mato-grossense.

Alinha-se ao programa de governo “Transforma Mato Grosso” que prescreve os macro objetivos do governo¹, quais sejam: (i) Viver Bem; (ii) Educar para Transformar e Emancipar; (iii) Cidades para Viver - Municípios Sustentáveis; (iv) Estado Participativo e Empreendedor; e (v) Gestão Eficiente, Transparente e Integrada. Desta forma, este plano é constituído e constitui o plano do governo estadual cujos eixos funcionam como guias à sua própria concepção, e imbrica-se no plano plurianual (PPA). Além disso, alinha-se a várias das diretrizes da política nacional de segurança, integrando ações e projetos intersetoriais.

Nesse contexto, a menção ao único artigo do capítulo destinado à segurança pública na Constituição Federal de 1988 é incontornável, pois o dispositivo descreve a competência dos órgãos assim classificados no Brasil, quais sejam, as polícias no âmbito estadual e federal, de competência militar e civil, além da guarda municipal.

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: I - polícia federal; II - polícia rodoviária federal; III - polícia ferroviária federal; IV - polícias civis; V - polícias militares e corpos de bombeiros militares (BRASIL, 1988).

Complementarmente, alguns conceitos são necessários para delinear a compreensão de que a expressão segurança pública engloba, mas não se encerra apenas em ações policiais:

Segurança pública JUR dever do Estado de criar condições para que o indivíduo possa viver em comunidade, livre de ameaças, em liberdade e bem-estar (HOUAISS; VILLAR, 2001, p. 2536).

Para o Vocabulário Jurídico, a expressão corresponde a:

Segurança pública. É o afastamento por meio de organizações

¹Programa de Governo do Estado de Mato Grosso, 2016 - 2019. Disponível em: <http://www.transforma.mt.gov.br>. Acesso em: 20 out 2016.

próprias, de todo perigo, ou de todo mal, que possa afetar a ordem pública, em prejuízo da vida, da liberdade, ou dos direitos de propriedade do cidadão. A segurança pública, assim, limita as liberdades individuais, estabelecendo que a liberdade de cada cidadão, mesmo em fazer aquilo que a lei não lhe veda, não pode ir além da liberdade assegurada aos demais, ofendendo-a (SILVA, [1963] 2002, p. 740).

Os trechos evidenciam como é árdua a missão de caracterizar a Secretaria de Estado de Segurança Pública, pois ao englobar a criação, pelo Estado, das condições *lato sensu* de convívio social expande o conceito de segurança pública a um patamar de competências mais amplo do que a referida secretaria detém.

Consonante, o esforço do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE) em parceria com o Centro de Estudo da Metrópole (CEM) em construir um modelo de avaliação baseado em mensurações de vitimização e criminalidade por regiões do estado foi levado a efeito em 2011 e atualizado até 2014. Assim, o relatório em escrutínio observa que:

[...] um modelo de avaliação deve mensurar resultados que possam ser afetados pela ação dos avaliados, não sendo razoável, portanto, avaliar dimensões que sejam externas às ações executadas pelo agente sob avaliação. Estas razões autorizam que a avaliação da segurança no estado de Mato Grosso concentre-se na política do Governo do Estado (TCE-MT; CEM-CEBRAP, 2011, p. 16).

Depreende-se da citação que a compreensão da problemática de segurança pública não está sob a inteira governabilidade das instituições tradicionalmente vinculadas ao setor de segurança pública, como os citados no artigo 144 da Constituição Federal vigente, estando distribuídas transversalmente. Amplia-se ainda mais essa compreensão, ao defender que o desafio de reduzir as taxas de criminalidade é posto para o pacto federativo, não sendo exclusivo à Secretarias de Estado de Segurança Pública e governos estaduais. Ao contrário do que se possa argumentar, essa declaração não visa eximir o Governo do Estado de Mato Grosso de suas responsabilidades com o controle da criminalidade, pelo contrário, este governo assume o papel de articulador na construção da mudança social positiva. Dessa compreensão, o Governo do Estado de Mato Grosso e a Secretaria de Estado de Segurança Pública consubstanciaram o programa **Pacto pela Segurança Pública: MT Mais Seguro**, cujo objetivo é potencializar os esforços dos entes públicos no sentido da obtenção de condições de segurança que a sociedade tanto almeja. Frente ao exposto, as políticas das esferas municipal, estadual e federal de governo

coproduzem os resultados em segurança pública a partir da qualidade do espaço público urbano, das políticas sociais e educacionais atribuídas em diversos âmbitos, entre outros fatores.

Por sua vez, ordem pública está fortemente associada a segurança pública. Colaciona-se o conceito conforme o Vocabulário Jurídico:

Ordem pública. Entende-se a situação e o estado de legalidade normal, em que as autoridades exercem suas precípua atribuições e os cidadãos as respeitam e acatam, sem constrangimento ou protesto. Não se confunde com a ordem jurídica, embora seja uma consequência e tenha sua existência formal justamente dela derivada (SILVA, [1963] 2002, p. 577).

As situações em que há ruptura da ordem pública faz interpor a ação do Estado para retomar a ordem pública na sociedade, o que evidencia a vertente repressiva que a constitui. Entre as faces da segurança pública, a **defesa social** reside na acepção da prevenção do delito e engloba tanto a precaução para que o indivíduo não ingresse no “mundo do crime”, tanto as ações que visam impedir a vitimização. Naquele escopo inserem-se ações que tem o objetivo de reduzir a vulnerabilidade social de grupos, como o de jovens em idade de serem aliciados por facções criminosas. Alavanca-se a **prevenção da violência e da criminalidade**. Na formulação deste plano as duas vertentes convergem, tanto a da manutenção da ordem pública como a da defesa social.

Buscou-se garantir a heterogeneidade de atores e diversidade organizacional presente no cotidiano da Secretaria de Estado de Segurança Pública, representadas pela presença de participantes oriundos de órgãos militares e civis que a constituem. O fato de haver componentes na equipe técnica que seguem normas infraconstitucionais e vivenciam culturas institucionais distintas consolidam diferentes formas de percepção do mundo que são refletidas em um amplo leque de preocupações e de serviços, que foram convertidas em objetivos estratégicos e metas.

Dessa forma, a formulação contou com representantes da Polícia Militar (PM-MT), do Corpo de Bombeiros Militar (CBM-MT), da Polícia Judiciária Civil (PJC-MT), da Perícia Oficial e Identificação Técnica (POLITEC-MT), do Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN-MT). Além disso, há estruturas finalísticas vinculadas à Secretaria de Estado de Segurança Pública, como a Secretaria Adjunta de Inteligência e as englobadas pela estrutura organizacional da Secretaria Adjunta de Integração Operacional: o Grupo Especial de Fronteira

(GEFRON-MT); o Centro Integrado de Operações Aéreas (CIOPAER-MT); o Gabinete de Gestão Integrada (GGI-MT); entre outras. Em relação aos processos de apoio os representantes da Secretaria-Executiva e Secretaria Adjunta de Administração Sistemática, que englobam serviços como aquisições e contratos, gestão de pessoas, e tecnologia da comunicação e informação, entre outros, também tomaram parte na equipe. Desta forma, todos os órgãos e estruturas organizacionais representam a Secretaria de Estado de Segurança Pública.

O trabalho foi coordenado a partir do pressuposto da **construção participativa**, em que o debate é o motor da elaboração, além de salientar que pontos de vista diferentes nem sempre são incomensuráveis, podendo ser complementares. O resultado esperado desse processo é a crítica construtiva.

Desse modo, a primeira etapa de elaboração deste planejamento consistiu na apresentação do “planejamento do planejamento”, uma função de transparência. Na reunião inaugural, propôs-se uma abordagem conceitual e metodológica para o desenvolvimento do trabalho visando o debate, a incorporação de contribuições e a construção do consenso sobre a forma de trabalho. Entre os andamentos, acolheu-se a revisão de identidade organizacional por meio de questionário eletrônico. No interstício entre a primeira e a segunda etapa, o questionário para a revisão da identidade organizacional foi elaborado e enviado aos componentes da equipe técnica.

A segunda etapa destinou-se a finalização da revisão da identidade organizacional, e a apresentação dos resultados coletados por meio de *survey*. A composição do grupo contendo militares foi decisiva para escolha de aplicação de *surveys* anônimos. A cultura militar enfatiza a hierarquia, o que poderia inibir a participação de pessoas que ocupam postos denominados subalternos e intermediários. O uso de *survey* anônimo ampliou a participação, alcançando, em poucos dias, 22 respostas de integrantes da equipe técnica. Além disso, a utilização de questão aberta para dar vazão à visão institucional foi especialmente útil. As respostas foram categorizadas o que permitiu concentrar o imaginário sociotécnico do grupo de trabalho.

A terceira etapa com a equipe técnica consistiu em um conjunto de 11 entrevistas setoriais que visaram levantar alguns dados e informações, como os principais indicadores em uso e os patamares de partida. Adicionalmente, buscou-se desenvolver uma interpretação preliminar da rede dos principais relacionamentos internos e externos para o exercício das funções constitucionais cometidos à Secretaria de Estado de Segurança Pública.

A quarta etapa constituiu na aplicação da metodologia de grupo focal (BARBOUR, 2009 [2008]). Foram duas reuniões, para acomodar número adequado de participantes em cada uma e manter a heterogeneidade nos dois grupos. Material sensibilizante foi distribuído por rede virtual nos dias que antecederam as reuniões. O foco foi dado por uma matriz que traçou relações entre as propriedades ‘pessoas’, ‘tecnologia’, ‘recursos internos’, ‘infraestrutura’ e os atributos ‘forças’, ‘fraquezas’, ‘ameaças’, e ‘oportunidades’, constituindo uma matriz SWOT modificada.

A quinta etapa destinou ao desdobramento da análise situacional em objetivos estratégicos e suas metas. Foram realizadas duas reuniões, uma para tratar a perspectiva da sociedade e outra, a dos recursos.

Da sexta etapa proveio a redação preliminar da estrutura conceitual e metodológica do plano, uma função da coordenadora.

Na sétima etapa decorreu o refinamento do planejamento, por meio de reuniões setoriais e gerais com integrantes da equipe técnica.

A oitava e última etapa destinou-se à apresentação deste plano ao conselho de segurança pública para re-ratificação e aprovação da redação preliminar, o que culminou na redação final publicada.

Este documento foi estruturado em cinco capítulos, incluindo esta introdução e as considerações finais, com a finalidade de comunicar o planejamento estadual de segurança pública em seu arcabouço conceitual, bem como o detalhamento metodológico e os apêndices.

Esta introdução cumpriu o papel de apresentar alguns conceitos centrais em segurança pública, a metodologia de condução do trabalho de elaboração deste planejamento, e um breve panorama dos capítulos que constituem este documento.

O segundo capítulo sumariza a triangulação empregada como referencial conceitual e analítico, com destaque para os temas que a literatura especializada enfatiza na associação do planejamento estratégico: o orçamento público, o Ciclo PDCA, o Planejamento de projetos (e programas) orientado por objetivos (ZOOP), as abordagens *Evidence-Based Public Policy* (EBPP) e *Balanced Scored Card* (BSC).

O terceiro capítulo revisa a identidade organizacional e examina a análise

situacional. O objetivo do capítulo é conhecer o ponto de partida para projetar e planificar o caminho até o ponto de chegada em 2019.

O quarto capítulo dispõe sobre os objetivos da alta direção. É composto pelo mapa estratégico, que sumariza a hipótese estratégica, pelos objetivos estratégicos e metas a serem perseguidos no quadriênio e as iniciativas necessárias para “tirá-los do papel”.

A conclusão evidencia o papel de governança, especialmente do emprego da metodologia científica para sistematizar informações como opção racional no desenho de política. Fornece uma visão do papel dos indicadores como mecanismo de detecção precoce de falhas e inconsistências para correção, uma função do monitoramento do processo para acompanhar o alcance das metas e medir os resultados. Ainda, sugere rumos para novos avanços.

2 NOÇÕES SOBRE O CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

O objetivo deste capítulo é registrar algumas noções do quadro de referência do qual se projeta o plano estratégico da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso.

A linha mestre da seção 2.1 é a de relacionar o planejamento e a composição do orçamento público, em triangulação com o Ciclo PDCA e o Planejamento de projetos orientado por objetivos (ZOPP). O fio condutor da seção 2.2 é a construção de indicadores, enfocando noções de *Evidence-Based Public Policy* (EBPP) e *Balanced Score Card* (BSC).

2.1 O PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO PÚBLICOS

Políticas públicas constituem uma área de conhecimento que estuda a ação dos governos, e parte do pressuposto que em países democráticos esta ação pode ser tanto formulada cientificamente quanto analisada por pesquisadores independentes (SOUZA, 2006). Ou seja, seguindo essa hipótese a política pública poderia ser o corolário da aplicação do método científico às formulações de políticas sobre problemas públicos. Entretanto, a autora (2006) destaca que outros elementos, além da racionalidade, foram posteriormente adicionados a essa equação, como o papel das eleições e dos grupos de interesses. Nesse sentido, a política de segurança pública conforma programas, projetos e ações, e ao ser implementada deverá se tornar objeto de monitoramento, avaliação e pesquisas. Assim é constituído o ciclo de políticas públicas, pela formulação, execução, monitoramento e avaliação.

Convergem, nesse cenário, vários instrumentos para o planejamento e a gestão de processos, como o ciclo PDSA de Edwards Deming (MOEN, 2015) que antecedeu o ciclo PDCA - Plan, Do, Check, Act. O ciclo PDCA, amplamente conhecido, tem por objetivo a melhoria contínua. Para tanto, sistematiza o planejamento como passo antecedente, seguindo-se a execução do plano, a checagem entre os resultados esperados e obtidos, com a função de replanejar a ação, corretiva ou de melhoria. Evidenciar os objetivos propostos é uma das funções do método ZOPP – Planejamento de (programas ou) de projetos orientado por objetivos. Nesse sentido o planejamento se consubstancia na declaração dos seus objetivos estratégicos. O método orienta a atuação realística, ou seja, a tradução do resultado a ser alcançado. Ainda, prevê que deve haver monitoramento dos efeitos das ações, do “o quê” deve

ser feito, bem como revisões constantes. Ou seja, o método reafirma e complementa o ciclo PDCA.

O planejamento é central na administração pública, pois as despesas devem ser previstas em legislação própria, como disposto na Constituição Federal de 1988 que instituiu o modelo de orçamento público a ser seguido:

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I - o plano plurianual;

II - as diretrizes orçamentárias;

III - os orçamentos anuais (BRASIL, 1988).

O texto constitucional informa os três instrumentos de organização orçamentária em uso: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). Dessa forma, e com raras exceções, a despesa pública deve ser previamente planejada e será autorizada mediante legislação que autorize a despesa. Assim, a integração entre o planejamento e o orçamento públicos “rompeu uma das maiores barreiras para o progresso econômico e social brasileiro” (CRUZ et al., 2003, p.152).

O planejamento estratégico está intimamente relacionado ao PPA, pois este contempla as “ações governamentais de caráter mais estratégico, político e de longo prazo” (CRUZ et al., 2003, p. 152). Nesse diapasão, este plano imbrica-se ao plano plurianual, o qual caracteriza a dimensão orçamentária dos propósitos que estipula. Suplementarmente, os objetivos e metas dispostos no planejamento estratégico e no PPA orientam a elaboração dos planos táticos e operacional, LDO (estabelece metas da administração) e LOA (estima receitas e fixa despesas).

O manual de elaboração do PPA do Estado de Mato Grosso instituiu a fonte de recursos a contratar, estimulando o espírito empreendedor do gestor público prospectar fontes de financiamento de projetos para fazer frente ao cenário fiscal restritivo (MATO GROSSO, 2015). A inferência é a da pré-autorização à captação de recursos extra orçamentários, como por meio de convênios, para desenvolver projetos e ações descritas nas leis orçamentárias e sem capacidade orçamentária interna para arcar com as despesas.

Além disso, este plano segue várias das diretrizes da política nacional de segurança, ao alinhar-se e integrar-se a ações e projetos intersetoriais. Muitas dessas políticas foram

historicamente induzidas por aporte de recursos federais para financiar projetos no âmbito estadual, que se alinham ou integram a eixos específicos da política nacional, como o fortalecimento ao enfrentamento à criminalidade pela atuação na faixa de fronteira, ENAFRON-GEFRON (BRASIL, 2016).

A próxima seção aporta noções sobre as políticas baseadas em evidências e a construção de indicadores.

2.2 A FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E A CONSTRUÇÃO DE INDICADORES

Como consolidar políticas baseadas em evidências? Essa pergunta endossa as premissas da ciência política, e vai além ao ensejar que na cultura da política baseada em evidências as incertezas e variabilidade que persistem no núcleo das evidências científicas sejam apresentadas no curso do processo de tomada de decisão (EUROPEAN CENTRE FOR DISEASE PREVENTION AND CONTROL, 2011, p. 6). O relatório distingue duas importantes aplicações, (i) evidências para a efetividade da intervenção, e afirma que em saúde pública essas evidências por vezes são fracas; e (ii) e para a **definição do risco** e para a prevenção (à saúde, naquele relatório) (EUROPEAN CENTRE FOR DISEASE PREVENTION AND CONTROL, 2011, p. 5, grifo nosso). Nesse sentido, embora a abordagem enfoque o horizonte da política de saúde, o Centro Europeu para Controle e Prevenção de Doenças apresenta um leque que escalona quais estudos proporcionam as melhores evidências. A dificuldade em responder a pergunta anteposta aumenta quando se insere no contexto o ritmo acelerado da política. Ou seja, o uso de evidências científicas não afasta toda a incerteza no processo de formulação de políticas, mas a informa para proporcionar melhores escolhas.

A importância de abordar a saúde em relação a segurança reside na comparação de ambos os temas enquanto campos de pesquisas: o primeiro, altamente institucionalizado, dispõe de amplas e rigorosas pesquisas; o segundo, embora com crescente institucionalização no Brasil, ainda conta com menor número de pesquisas quando em comparação com o campo de pesquisas em saúde.

No entanto, o movimento “*Evidence Based*” tem se difundido e incidindo sobre outras áreas, como o policiamento. Sustenta a assertiva o surgimento de associações que englobam acadêmicos e policiais, entre outros membros, como é o caso da *Australia & New Zealand Society of Evidence Based Policing* (ANZSEBP), fundada em 2016, que recentemente

iniciou a publicação do periódico *Police Science*. Para o professor Laurence Sherman, entrevistado pelo periódico, há três grandes “pacotes” de decisões a serem informadas por evidências: (i) a direção de recursos de policiamento sobre alguns ‘alvos’ (*by ‘targeting’*) que alcançarão maiores retornos; (ii) a avaliação (*by ‘testing’*) que visa compreender se as práticas policiais são exitosas em atingir os objetivos; e (iii) o monitoramento (*by ‘tracking’*) que informa se a unidade policial está fazendo o que é esperado que faça e em que grau (SHERMAN, 2016, p.4). O tripé ficou conhecido como Sherman Triple-T (SHERMAN, 2013). Desta forma, ‘evidence based’ advém tanto no campo da política pública como da técnica de segurança pública, para informar e qualificar decisões.

Via de consequência, considerando o contexto do estado de Mato Grosso não sobrevêm tantas fontes de evidências para a formulação de políticas dessa área. Por outro lado, a avaliação de políticas públicas é o esteio da questão “de onde partirmos”, que remete ao processo de revelação de evidências científicas para conhecer os resultados de políticas antecessoras e adquirir conhecimento para planejar as sucessoras, um instrumento para informar e qualificar a tomada de decisões. Dessa forma, a informação incompleta ou imperfeita e o tempo restrito para a tomada de decisão podem limitar os alcances da formulação, especialmente no caso desses fatores não estarem supridos por conjuntos de estruturas para essa finalidade (SIMON, 1957; apud SOUZA, 2006).

Para elaboração deste plano, buscou-se minimizar certo déficit informacional por meio de coleta e análise de dados primários e secundários, inclusive conjugando informações a partir de relatórios e pesquisas de avaliação de políticas de segurança pública editados por tribunais de contas. As lacunas ainda persistentes de pesquisas sobre segurança pública foram em parte mitigadas pelo trabalho de iniciativa do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE) em parceria com o Centro de Estudos da Metrópole/CEBRAP (CEM), intitulado Diagnóstico do Desempenho do Governo do Estado de Mato Grosso na Política de Segurança Pública¹¹ (TCE; CEM), que compreendeu o período entre 2010 e 2014. E, em outra parte, abrandadas por meio de alguns dados divulgados no *website* da Secretaria de Estado de Segurança Pública de Mato Grosso (SESP).

Complementarmente, o *Balanced Scorecard* consiste em um sistema de gerenciamento e planejamento estratégico amplamente utilizado, que foi desenvolvido por Robert Kaplan na Harvard Business School e por David Norton para mensurar a performance de empresas e instituições (BALANCED SCORECARD INSTITUTE, 200-). Neste plano, o

uso de indicadores, conforme apregoa o BSC, são empregados para mensurar o progresso no sentido de um resultado esperado.

[...] os indicadores constituem parâmetros quantificados ou qualitativos que servem para detalhar se os objetivos de uma proposta estão sendo bem conduzidos (avaliação de processo) ou foram alcançados (avaliação de resultados) (MINAYO, 2009, p. 84).

Os indicadores devem apresentar alguns requisitos bem conhecidos, como a facilidade de comunicação de seus atributos, a comparabilidade (entre unidades federativas, por exemplo), a possibilidade de criar séries históricas, a confiabilidade e acesso de coleta dos dados primários, e a replicabilidade.

Frente ao exposto, imperioso considerar para a (re) formulação da política pública a avaliação de políticas precedentes por meio de evidências consistentes, em grande medida, dos resultados dos indicadores.

Em suma, o referencial teórico apresentado no capítulo 2 está na base deste plano, que buscou evidências e indicadores disponíveis para informar tanto o ponto de partida quanto o de chegada planejado.

3 ANÁLISE SITUACIONAL: DE ONDE PARTIMOS?

O objetivo deste capítulo é delinear a composição e a identidade organizacional da Secretaria de Estado de Segurança Pública de Mato Grosso, bem como conduzir um breve diagnóstico da situação de partida deste planejamento.

A seção 3.1, subsequente, agrega esforços de componentes da equipe técnica para esboçar interações temáticas que circundam o setor de segurança pública, além de revisar a identidade organizacional. O diagnóstico, disposto na seção 3.2, foi construído a partir de dados primários, coletados em entrevistas e por meio de grupo focal, e dados secundários, como os números dos crimes, disponíveis e coletados no *website* da SESP, e evidências disponíveis em pesquisas.

3.1 A DIFÍCIL MISSÃO DE CARACTERIZAR A SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DE MATO GROSSO.

O estado de Mato Grosso, situado no Centro-Oeste brasileiro, está no coração da América Latina. A população estimada pelo IBGE¹ para 2016 é de 3.305.531 pessoas, distribuída em 141 municípios, em uma área de 903.198,091 km² com ampla faixa de fronteira com a Bolívia. O índice Gini² de distribuição do rendimento mensal das pessoas de 15 anos ou mais de idade com rendimento (PADVIDA2)³ no Estado de Mato Grosso foi mensurado em 0,445 em 2016.

A Secretaria de Estado de Segurança Pública engloba e correlaciona instituições de segurança pública como a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros Militar, a Polícia Judiciária Civil, a Perícia Oficial e Identificação Técnica, e o DETRAN, recentemente vinculado à pasta. Historicamente, a Secretaria de Segurança Pública de Mato Grosso foi sofrendo modificações em seu organograma no sentido de acolher ações de integração e interação das forças institucionais. Atualmente, as ações integradas incluem o CIOPAER, o GEFRON, CIOSP, Coordenadoria de Polícia Comunitária, entre outras, são vinculadas a SESP. Que por sua vez, centraliza alguns processos de administração sistêmica para todas as unidades gestoras, como

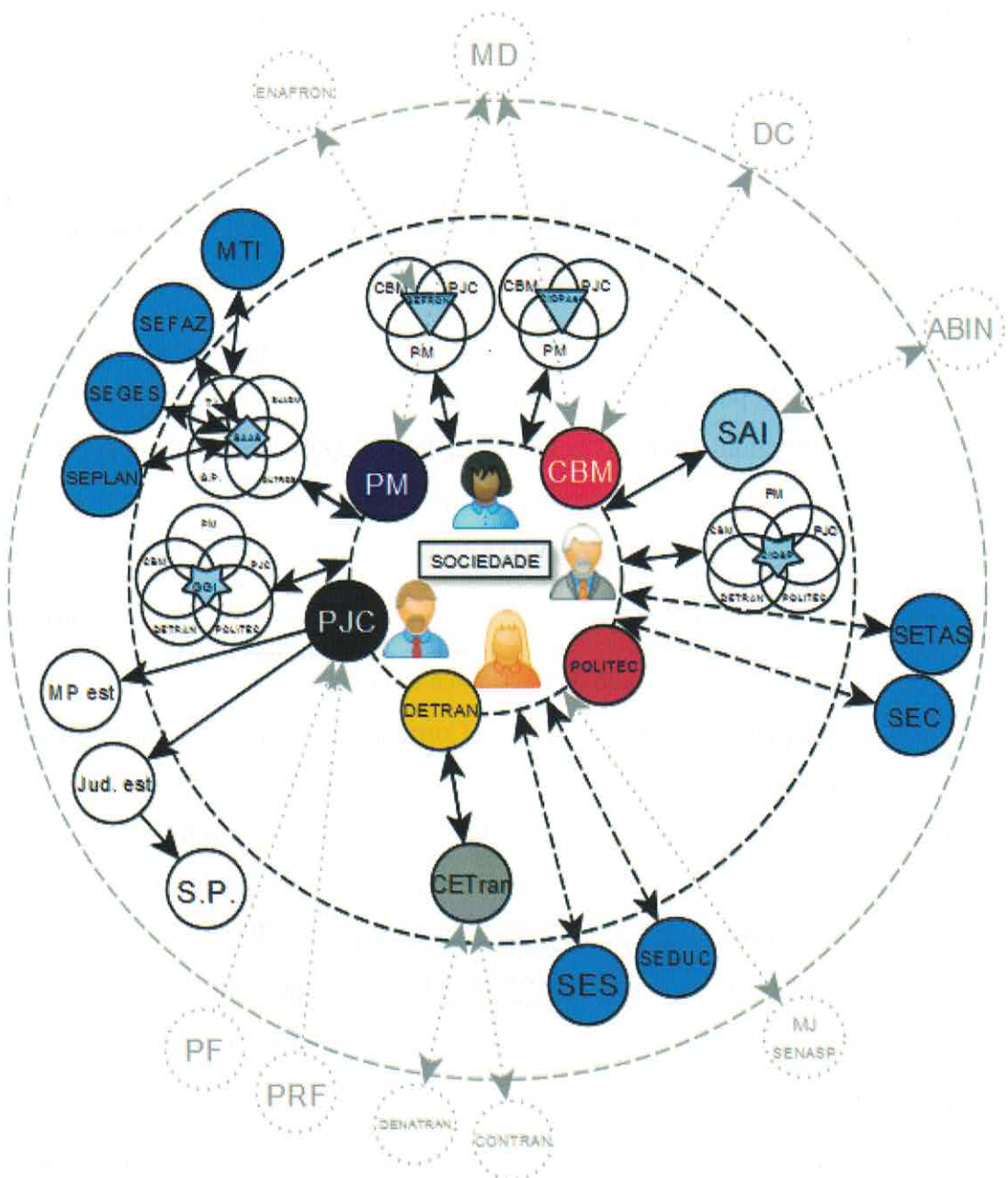
¹ IBGE. Mato Grosso. Disponível em: www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=mt. Acesso em: 21 nov 2016.

² IBGE. Série Estudos e Pesquisas: Síntese de Indicadores Sociais 2016 – Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira (indicadores selecionados). Disponível em: www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=mt&tema=sis_2016. Acesso em: 21 nov 2016.

³ Exclusiva as informações das pessoas sem declaração de rendimento. O índice de Gini é uma medida de concentração de renda, onde o valor 'zero' representa igualdade máxima e o valor 'um' desigualdade máxima.

as aquisições, contratos e convênios. Dessa forma, as áreas finalísticas, apesar de disporem de orçamento próprio, não detêm autonomia financeira, exceto o DETRAN que constitui uma autarquia. A figura a seguir esquematiza alguns dos principais aspectos relacionais do setor de segurança pública.

Figura 1 – Evidencia a sociedade no centro do trabalho das instituições de segurança pública, e esquematiza alguns dos principais aspectos relacionais do setor de segurança pública para consecução de suas atividades



A ilustração deve ser compreendida, por meio de esferas (tracejadas) de atuação desde o âmbito estadual (que inclui o âmbito municipal para fins de representação esquemática). As setas sólidas representam vínculos diretos, enquanto as setas tracejadas evidenciam políticas conduzidas por outros setores que impactam, positiva ou negativamente, a política de segurança pública, apesar dos vínculos indiretos. As setas pontilhadas inferem políticas alinhadas ou integradas, especialmente induzidas por instrumentos normativos ou financiamento público de projetos.

Dessa forma, busca-se esquematizar o foco da SESP, que é proteger a sociedade. Para tanto, dezenas de relacionamentos internos e externos, com outros órgãos públicos, são necessários. A ideia de transversalidade das políticas públicas, expressada em vários objetivos estratégicos, torna-se um pouco mais clara a partir da figura ao esboçar a interdependência entre órgãos de diversas esferas do poder público.

A seguir, a identidade da organização é revisada.

3.1.1 IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

Negócio: Ordem pública e defesa social.

Missão: Promover a preservação da ordem pública e dos direitos fundamentais.

Visão: Tornar-se uma instituição de reconhecida excelência na proteção da sociedade mato-grossense como elemento ao desenvolvimento social.

Valores:

Cooperação –auxílio mútuo espontâneo.

Ética – agir conforme normas de conduta socialmente aceitas como corretas e ser digno de confiança.

Excelência na qualidade – prestar atendimentos no menor tempo-resposta, e que proporcionem segurança à sociedade e gerem confiança nas instituições de segurança.

Legalidade - agir exclusivamente conforme autorização legal.

3.2 PROBLEMATIZAÇÃO: DE ONDE PARTIMOS?

O objetivo da seção 3.2 é informar a política. Nesse sentido, a partir de dados primários e secundários buscou-se dispor algumas das melhores evidências disponíveis para fundamentar a formulação deste planejamento estratégico.

3.2.1 ANÁLISE SITUACIONAL: PERSPECTIVA DA SOCIEDADE

Alguns levantamentos, que são atribuição do Estado, e informações dispostas em pesquisas científicas embasam a formulação técnico-política comunicada neste planejamento. Assim, os números dos crimes que acometem a sociedade mato-grossense são coletados por meio dos registros de boletim de ocorrência sendo a fonte primária de dados para totalização dessas informações. Desta forma, a prevalência e incidência de crimes deve ser monitorada. Conforme Borges:

“A incidência é determinada pelo número de casos de crimes ocorridos em um lugar e um período de tempo específicos, e a prevalência é a proporção de pessoas que tiveram a experiência de vitimização por tipo de crime numa determinada população e em um momento temporal específico” (BORGES, 2008, p.88).

Portanto, a avaliação de políticas precedentes contribui para a (re) formulação da política consequente ao auxiliar na compreensão “de onde partimos”. A iniciativa do TCE⁴, em parceria com o CEM, consistiu na construção de um painel de indicadores de resultados de segurança pública. A conversão de valores originais em medidas comparáveis por meio de índice padronizado⁵, escala de “0” a “1” - da melhor à pior situação - pretende abranger duas dimensões: (i) é útil para analisar a sua própria evolução histórica, (ii) mas é especialmente empregado para a comparação inter-regional (TCE-MT; CEM-CEBRAP, 2011). Embora a regionalização empregada naquele estudo tenha sido baseada nas regionais da Polícia Judiciária Civil (PJC) da época, ela foi reagrupada para totalizar população de no mínimo 100.000 habitantes em 16 unidades regionais. Desde meados de 2015 aquela espacialização (regionais de PJC) sofreu ajustes, não sendo exatamente a mesma adotada atualmente em Mato Grosso⁶. Entretanto, o estudo abrange individualmente os maiores municípios do estado, o que

⁴ Mencionada no capítulo anterior.

⁵ Para detalhamento da fórmula de padronização vide TEC-MT; CEM-CEBRAP (2011;2013;2014;2015;2016).

⁶ Mato Grosso. DECRETO Nº 183, DE 08 DE JULHO DE 2015. Institui as Regiões Integradas de Segurança Pública - RISP no âmbito do Estado de Mato Grosso e dá outras providências. D.O.E – MT de 08 de julho de 2015. Disponível em: <<https://www.mt.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/14124#/p:1/e:14124?find=institui> as

permite, embora de forma parcial, visualizar a evolução do indicador em um passado recente. Assim, a evolução das medidas da violência e da criminalidade intermunicipal pode ser visualizada de forma comparativa em um painel de indicadores de resultados.

Além disso, no estudo supracitado (TCE-MT; CEM-CEBRAP, 2011), o Índice de Vitimização e Criminalidade foi avaliado pelo conjunto dos indicadores selecionados no painel, quais sejam: taxa de violência letal intencional, taxa de violência letal não intencional no trânsito, taxa de crimes contra o patrimônio - exceto veículos, taxa de crimes contra o patrimônio - veículos, taxa de homicídio de mulheres, taxa de homicídio de crianças e adolescentes de 0 a 18 anos, taxa de homicídio de jovens de 19 a 29 anos. Ao observar os índices de vitimização⁷ de 2014 observa-se mais altos índices nos seguinte municípios: Várzea Grande (8,00, classificação ruim), Sinop (7,15, classificação ruim), Rondonópolis (4,91, classificação regular), e Cuiabá (4,84, classificação regular) (TCE-MT; CEM-CEBRAP, 2016), o que justifica o emprego dos dados municipais.

A Tabela 1 evidencia que a violência letal intencional, ou seja, homicídio doloso, lesão corporal seguida de morte da vítima e latrocínio, persiste nos maiores municípios do estado, indicando a necessidade de esforços específicos para enfrentar o problema.

Tabela 1 – Série histórica de indicadores padronizados de taxa de violência letal intencional

Indicador	Municípios	Indicador padronizado 2010	Indicador padronizado 2011	Indicador padronizado 2012	Indicador padronizado 2013	Indicador padronizado 2014
Taxa de violência letal intencional	Cuiabá - município	0,69	0,57	0,54	0,57	0,38
	Rondonópolis - município	0,72	0,38	0,80	1,00	0,60
	Sinop - município	0,57	0,46	0,48	0,86	0,70
	Várzea Grande - município	1,00	0,84	1,00	0,96	1,00

Fonte: Reorganização por séries históricas a partir de TCE – MT; CEM -CEBRAP (2011;2013;2014;2015;2016).

A Tabela 2 detalha que, entre os homicídios, há considerável proporção de crianças e adolescentes vitimadas o que aconselha ações de prevenção voltadas a faixa etária correspondente. A fonte dos dados de homicídios (de mulheres, crianças e adolescentes e de

regi%C3%B5es integradas> . Acesso em 21 nov 2016.

⁷ Nesse contexto, a vitimização foi calculada com base nos indicadores padronizados ponderados, para mais detalhes vide TCE – MT; CEM -CEBRAP (2011;2013;2014;2015;2016).

jovens) naquele estudo foi a Secretaria Estadual de Saúde (TCE-MT; CEM-CEBRAP, 2011).

Tabela 2 - Série histórica de indicadores padronizados de taxa de homicídio de crianças e adolescentes (0 a 18 Anos)

Indicador	Municípios	Indicador padronizado 2010	Indicador padronizado 2011	Indicador padronizado 2012	Indicador padronizado 2013	Indicador padronizado 2014
Taxa de Homicídio de Crianças e Adolescentes (0 a 18 Anos)	Cuiabá - município	1,00	0,71	0,86	0,49	0,46
	Rondonópolis - município	0,99	0,32	0,52	0,99	0,75
	Sinop - município	0,78	1,00	0,70	1,00	0,70
	Várzea Grande - município	0,96	0,98	1,00	0,80	1,00

Fonte: Reorganização por séries históricas a partir de TCE – MT; CEM -CEBRAP (2011;2013;2014;2015;2016).

Há consenso quanto a condição geográfica limítrofe com a Bolívia funcionar como um fator de ampliação de risco de crimes como furto e roubo de veículos e como rota de tráfico de drogas. A Tabela 3 evidencia que furto e roubo de veículos é especialmente prevalente em Várzea Grande.

Tabela 3 - Série histórica de indicadores padronizados de crimes contra o patrimônio – veículos

Indicador	Municípios	Indicador padronizado 2011	Indicador padronizado 2012	Indicador padronizado 2013	Indicador padronizado 2014
Taxa de Crimes Contra o Patrimônio – Veículos	Cuiabá - município	0,70	0,44	0,36	0,37
	Rondonópolis - município	0,15	0,37	0,29	0,29
	Sinop - município	0,35	0,26	0,28	0,28
	Várzea Grande - município	1,00	1,00	1,00	1,00

Fonte: Reorganização por séries históricas a partir de TCE – MT; CEM -CEBRAP (2011;2013;2014;2015;2016).

De forma complementar, a tabela 4 dimensiona o furto e o roubo, excluindo o de veículos.

Tabela 4 - Série histórica de indicadores padronizados de crimes contra o patrimônio – exceto veículos

Indicador	Municípios	Indicador padronizado 2011	Indicador padronizado 2012	Indicador padronizado 2013	Indicador padronizado 2014
Taxa de Crimes Contra o Patrimônio – Exceto Veículos	Cuiabá - município	0,91	1,00	1,00	0,92
	Rondonópolis - município	0,28	0,46	0,30	0,29
	Sinop - município	1,00	0,88	0,78	1,00
	Várzea Grande - município	0,97	0,79	0,74	0,76

Fonte: Reorganização por séries históricas a partir de TCE – MT; CEM -CEBRAP (2011;2013;2014;2015;2016).

Com a finalidade de fazer coincidir as áreas de competência das instituições de

segurança pública no âmbito do Estado de Mato Grosso, a partir de meados de 2015, setorialização padronizada foi instituída.

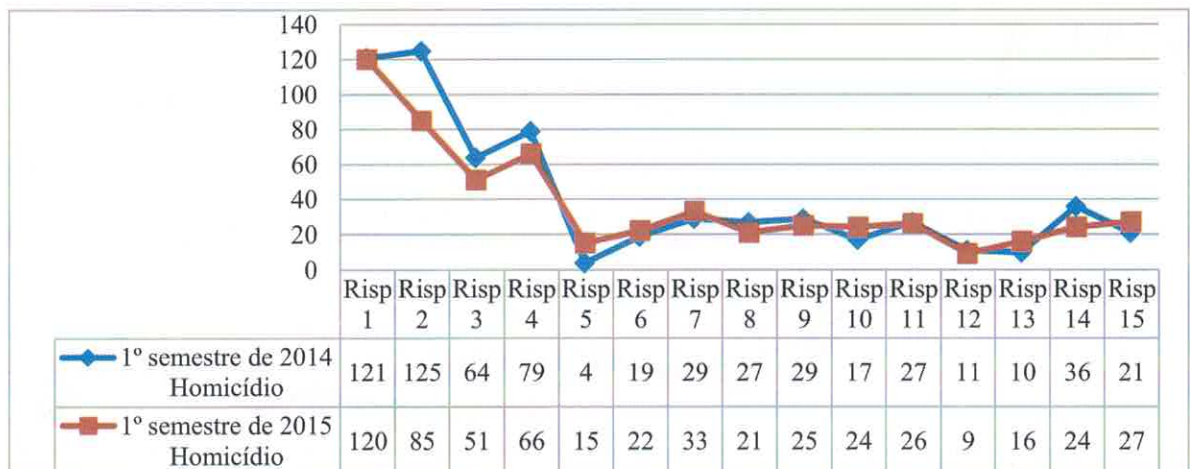
Quadro 1 - RISP- Regiões Integradas de Segurança Pública

Risp 1	Cuiabá
Risp 2	Várzea Grande
Risp 3	Sinop
Risp 4	Rondonópolis
Risp 5	Barra do Garças
Risp 6	Cáceres
Risp 7	Tangará da Serra
Risp 8	Juína
Risp 9	Alta Floresta
Risp 10	Vila Rica
Risp 11	Primavera do Leste
Risp 12	Pontes e Lacerda
Risp 13	Água Boa
Risp 14	Nova Mutum
Risp 15	Guarantã do Norte

Fonte: Decreto N° 183, de 08 de julho de 2015

Desta, os dados absolutos por RISP, coletados do *website*⁸ da SESP, dizem respeito aos crimes de homicídio, roubo, furto e ocorrências policiais envolvendo drogas no primeiro semestre de 2014 e de 2015, nas 15 regiões de planejamento de segurança pública.

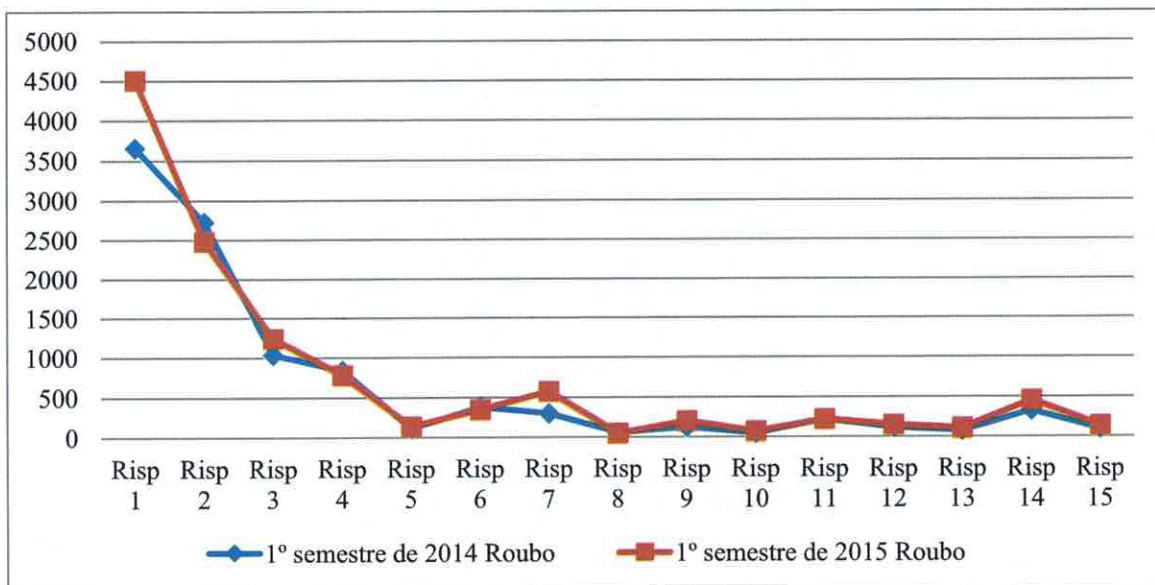
Gráfico 1 - Comparação dos valores absolutos de homicídios por RISPs entre o 1º semestre de 2014 e o de 2015



Fonte: Reorganização própria a partir de dados absolutos da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso (2015).

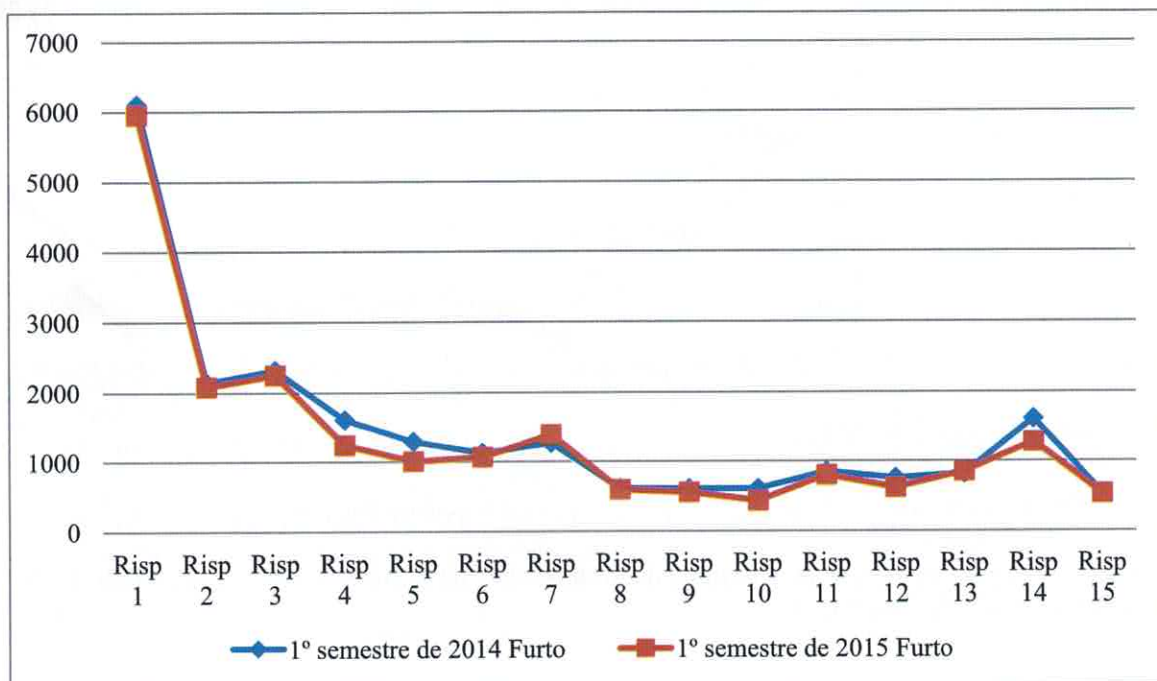
⁸ SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DE MATO GROSSO, 2015. Criminalidade RISP's de Mato Grosso (homicídio, roubo, furto e drogas). Comparativo 2014 – 2015, 1º semestre. Disponível em: http://www.seguranca.mt.gov.br/UserFiles/File/FECHAMENTO_2014-2015%201semestre.pdf. Acesso em: 20 nov 2016.

Gráfico 2 - Comparação dos valores absolutos de roubos por RISPs entre o 1º semestre de 2014 e o de 2015



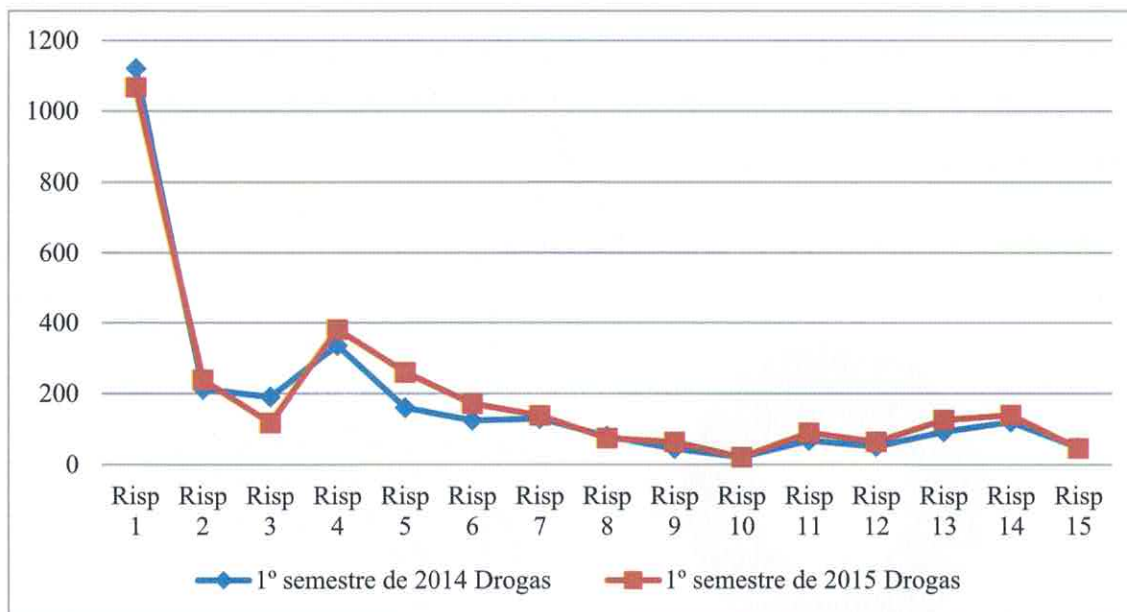
Fonte: Reorganização própria a partir de dados absolutos da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso (2015).

Gráfico 3 - Comparação dos valores absolutos de furtos por RISPs entre o 1º semestre de 2014 e o de 2015



Fonte: Reorganização a partir de dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso (2015).

Gráfico 4 - Comparação dos valores absolutos de ocorrências de drogas por RISP's entre o 1º semestre de 2014 e o de 2015



Fonte: Reorganização própria a partir de dados absolutos da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso (2015).

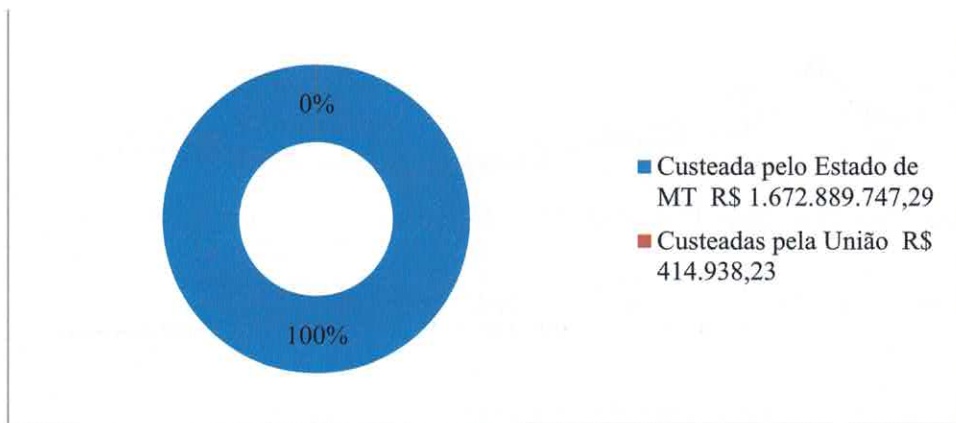
Frente ao exposto, pelo confronto dos indicadores padronizados desenvolvidos pelos TEC-MT e CEM-CEBRAP e os dados absolutos por RISP nos primeiros semestres de 2014 e 2015, observa-se que as RISP's 1, 2, 3 e 4, que englobam os municípios de Cuiabá, Várzea Grande, Sinop e Rondonópolis respectivamente, apresentam alta prevalência de vários crimes. Embora os dados autorizem e indiquem maior atenção nessas regionais para fazer frente ao crimes evidenciados pelos indicadores, o estado todo deverá receber políticas de enfrentamento e prevenção a criminalidade visando a diminuição da prevalência. A tendência das taxas de crimes deve ser acompanhada para diagnóstico precoce de aumento da incidência de crimes.

3.2.2 ANÁLISE SITUACIONAL: PERSPECTIVA ORGANIZACIONAL

Esta subseção utiliza-se especialmente de dados primários para evidenciar circunstâncias enfrentadas pela organização. As dificuldades vislumbradas indicam fatores críticos a serem superados, e foram transformadas em insumos que prescrevem objetivos estratégicos para o desenvolvimento organizacional. Nesse sentido, a necessidade de recursos orçamentários (e financeiros) entrecruzam o diagnóstico, pois a sua escassez perfaz um importante fator de risco à inexecução das políticas.

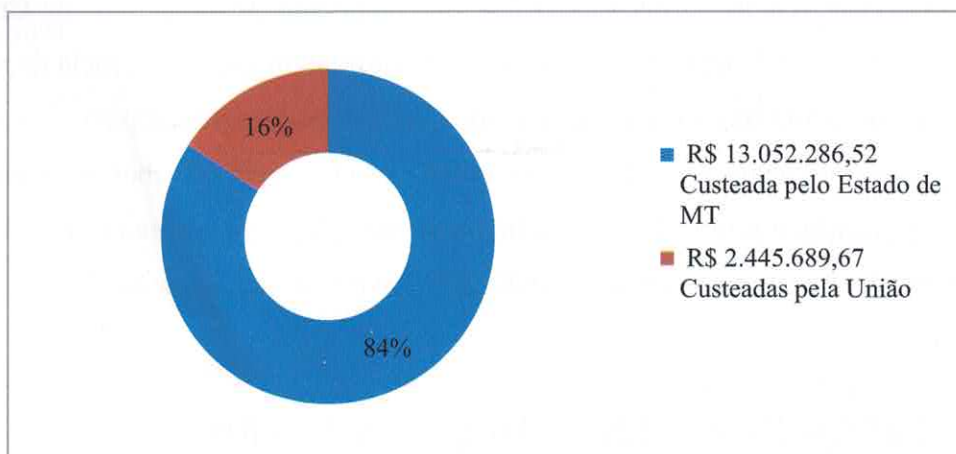
A maior parte das despesas correntes foram provenientes de fontes orçamentárias do próprio Estado de Mato Grosso. O aporte de recursos provenientes da União para essa finalidade é pouco significativo (menor do que 1%), conforme indica o Gráfico 5. Por outro lado, a captação de recursos para despesas de capital ocorreu com maior significância, o que se visualiza no Gráfico 6.

Gráfico 5 - Despesas correntes da SESP-MT em 2015



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados levantados pelo NGER.

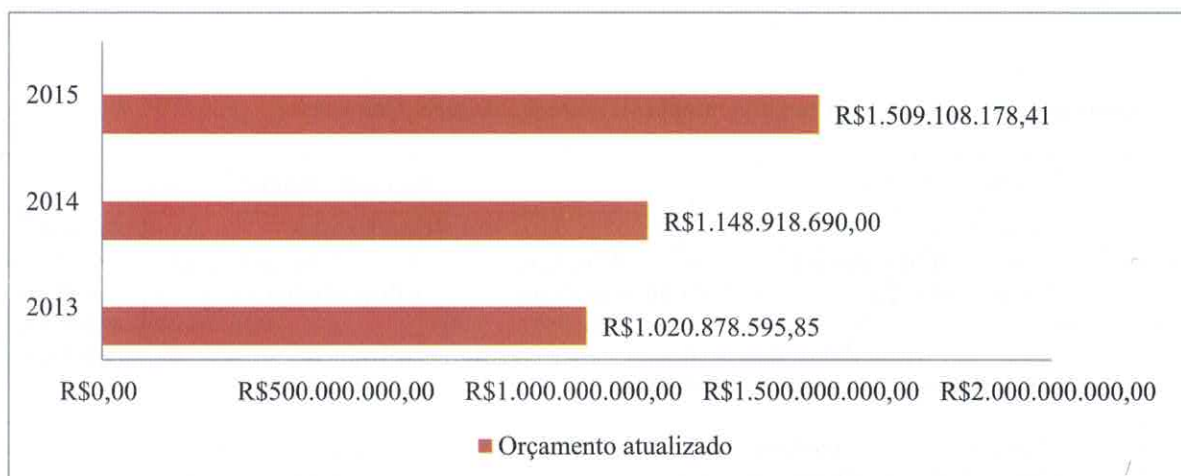
Gráfico 6 - Despesas de capital da SESP-MT em 2015



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados levantados pelo NGER.

Os serviços são concretizados por pessoas selecionadas por meio de concurso público, e então capacitadas para as atribuições funcionais das carreiras que constituem a Segurança Pública, o que consome parcela importante de recursos.

Gráfico 7 - Montante do orçamento (atualizado) da Secretaria destinado ao pagamento de pessoal e de encargos sociais



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados levantados pelo NGER.

Ao observar o considerável montante que a folha de pagamento de pessoal acarreta, faz-se mister o melhor aproveitamento possível das habilidades cognitivas e comportamentais do capital humano disponível.

Dessa forma, otimizar o emprego dos recursos humanos e materiais perpassa todo o cenário que foi analisado pela equipe técnica.

Rememora-se que parte importante da análise situacional foi produzida por meio de debates entre os integrantes da equipe técnica por meio de grupos focais. Foram distribuídos, por meio virtual, materiais sensibilizantes nos dias que precederam o diálogo.

A seguir, os quadros 2 a 5 são autoexplicativos ao refletirem consensos obtidos pela equipe técnica sobre as quatro perspectivas de gestão que conduziram as análises: pessoas, tecnológica, infraestrutura e processos. Além disso, evidenciam, por meio de negrito, as ideias de maior consenso. Eles resumem o que se considera força ou fraqueza da organização, além de observar o cenário externo tracejando oportunidades e ameaças.

3.2.2.1 *Perspectiva da gestão de pessoas***Quadro 2** - Resume a análise situacional referente à categoria 'pessoas'

	Ambiente interno		Ambiente externo	
	Fraqueza	Força	Oportunidade	Ameaça
Pessoas	➤ Baixo incentivo a qualificação;	➤ Profissionais compromissados	➤ Visitas técnicas e intercâmbio;	➤ Fluxo insuficiente de reposição dos quadros
	Sub aproveitamento das qualificações profissionais;	Alto grau de escolaridade	Análises de órgãos de controle externo	
	Seleção e distribuição inadequada quantitativa e qualitativa (perfil profissiográfico);	Capacidade de inovação	Aproveitar oferta de cursos em outras escolas de governo (TCE, SEGES, etc.) na qualificação dos profissionais	
	Quantitativo insuficiente;	Tradição		
	Rotatividade;	Hierarquia		
	Avaliação de desempenho;	Disciplina		
	Qualificação deficiente no uso de novas tecnologias;	Mais alta profissionalização para atuar no sistema de inteligência		
	Insuficiência de desenvolvedores de sistemas;	Capacidade para realizar integração dos sistemas		
Baixo domínio de outros idiomas;				

Fonte: Consensos obtidos pela equipe técnica de elaboração do planejamento

3.2.2.2 *Perspectiva da gestão tecnológica***Quadro 3** - Resume a análise situacional referente à categoria 'tecnologia'

	Ambiente interno		Ambiente externo	
	Fraqueza	Força	Oportunidade	Ameaça
Tecnologia	<p>➤ Dificuldade de manutenção de equipamentos</p> <p>Implementação</p> <p>Inexistência de teste</p> <p>Dificuldade nas análises prospectivas para as escolhas</p> <p>Inadequação da tecnologia</p> <p>Falta de visita técnica</p> <p>Dependência de soluções comerciais</p> <p>Dificuldades e limitações para acessar o mercado internacional</p>	<p>➤ Criatividade</p> <p>➤ Pró atividade</p>	<p>➤ Prova de Conceito</p> <p>Globalização</p>	<p>➤ Baixa oferta de manutenção em tecnologias específicas</p> <p>➤ Restrição de ofertas de produtos no mercado nacional</p> <p>Baixa autonomia para escolha tecnológica</p> <p>Variação cambial</p>

Fonte: Consensos obtidos pela equipe técnica de elaboração do planejamento

3.2.2.3 *Perspectiva da gestão de infraestrutura***Quadro 4** - Resume a análise situacional referente à categoria 'infraestrutura'

	Ambiente interno		Ambiente externo	
	Fraqueza	Força	Oportunidade	Ameaça
Infraestrutura	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Dificuldade de manutenção predial e de equipamentos ➤ Ausência de infraestruturas específicas ➤ Insuficiência de EPI, EPR e EPC 	Capilaridade da Segurança Pública no Estado	<p>Apoio do poder público e da sociedade organizada</p> <p>Parcerias público privadas (PPP)</p> <p>Captação de recursos externos</p> <p>Novo modelo de concessão</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Lacunas na malha de comunicação de dados no Estado ➤ Custo dos serviços de comunicação de dados <p>Morosidade no planejamento e execução de serviços de engenharia e obras</p> <p>Déficit de vagas no sistema prisional</p>

Fonte: Consensos obtidos pela equipe técnica de elaboração do planejamento.

3.2.2.4 *Perspectiva da gestão dos processos***Quadro 5** - Resume a análise situacional referente à categoria 'processos' internos

	Ambiente interno		Ambiente externo	
	Fraqueza	Força	Oportunidade	Ameaça
Processos	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Excesso de burocratização dos procedimentos ➤ Ausência de gestão da qualidade (NBR 9001) e do risco (NBR 31000) para processos prioritários ➤ Insuficiência de monitoramento por indicadores 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Vontade para integrar os sistemas de segurança ➤ Proposta de revisão dos fluxos processuais 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Possibilidade de integrar os sistemas de segurança ➤ Possibilidade em estabelecer parcerias para oferta de pós-graduação <i>stricto sensu</i> aos servidores (MINTER, DINTER) 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Desconsideração do planejamento ➤ Dotação orçamentária insuficiente
	Falta de autonomia das unidades gestoras	Disseminação/institucionalização da doutrina nacional de inteligência de segurança pública	Criação da doutrina nacional de inteligência de segurança pública	Dependência de setores e ingerência externa para andamento de processos internos
	Falta de conhecimento dos processos específicos entre as áreas meio e fim	Integração de procedimentos entre as unidades de segurança pública	Apontamentos dos Tribunais de Contas;	Isenção das taxas TASEG;
	Ineficiência de arrecadação das taxas de segurança pública	Proposta de estruturação de rede de pesquisas e publicações científicas		Políticas públicas despenalizadoras
	Inexecução dos planejamentos	Capacidade da SESP para estabelecer parcerias		
	Desalinhamento entre planejamento e processos			
	Padronização deficiente			
	Gestão deficiente das informações			
	Falta de cultura de elaboração e gerenciamento de projetos			

Fonte: Consensos obtidos pela equipe técnica de elaboração do planejamento

A sistematização das forças e fraquezas, oportunidades e ameaças descrevem fórmulas para aproveitar condições benéficas bem como mitigar dificuldades à consecução do plano e obtenção dos resultados esperados.

4 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA SEGURANÇA PÚBLICA DE MATO GROSSO: PARA ONDE VAMOS?

O objetivo deste capítulo é o de apresentar o pensamento estratégico da Secretaria de Estado de Segurança Pública de Mato Grosso. A finalidade do conjunto dos objetivos dispostos neste planejamento estratégico é o de contribuir para reduzir a criminalidade e a violência no âmbito estadual.

4.1 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS, METAS E INICIATIVAS

O desafio deste planejamento é contribuir para a redução das taxas de crimes no território mato-grossense, por meio das competências institucionais que lhe são atribuídas, quais sejam: a prevenção e repressão da criminalidade. A meta estipulada não significa que os índices remanescentes sejam tomados como “aceitáveis”, de outra forma, evidencia apenas que serão envidados todos os esforços para transformar a realidade atual em outra de menor criminalidade e violência. E, que o patamar atualmente alvejado é um ponto intermediário na construção de uma sociedade para viver bem. Dessa forma, os resultados que se pretende alcançar com a consecução deste plano é o de reduzir o homicídio doloso¹ de 34,79 para 25,51, e reduzir a taxa de roubo² de 553,11 para 403,22, ambos os índices até dezembro de 2019.

Ao compreender que a segurança pública não se encerra em uma secretaria de estado, estendendo o alcance de resultados a um conjunto de ações de competência de outros setores, como políticas educacionais, sociais, penitenciárias e o sistema de justiça como um todo, assume-se o papel de protagonista em busca de um pacto pela segurança pública, entre os entes sócio-políticos. Essa estratégica busca criar condições profícuas para o estabelecimento das políticas de segurança que refletem em todo o tecido social, as quais impactam em graus variáveis o desenvolvimento social e econômico da população abrangida.

Os objetivos estratégicos apresentados a seguir, nas perspectivas da sociedade e da organização, representam o sentido adotado por esta secretaria na concretização de uma sociedade mais segura.

4.1.1 PERSPECTIVA DA SOCIEDADE

¹ Indicador: taxa de homicídio doloso. Fonte: SROP/PJC e Sinesp/PJC para as unidades do interior.

² Indicador: taxa de roubo. Fonte: SROP/PJC e Sinesp/PJC para as unidades do interior.

4.1.1.1 Objetivo estratégico 1 “Pactuar políticas que envolvem a segurança pública nas interfaces com os entes municipais, os poderes constituídos e os setores organizados da sociedade”.

Meta 1.1: Firmar acordo de cooperação técnica com 4 municípios até dezembro de 2019.

Indicador: Acordos de cooperação técnica firmados.

Fonte: Coordenadoria de Contratos e Convênios.

Iniciativas:

Criar bancos de dados de estabelecimentos referentes a diversões públicas.

Fiscalizar estabelecimentos de diversões públicas.

Normatizar procedimentos referentes à segurança pública em eventos.

Definir perímetro de segurança escolar.

Elaborar sistema de sinalização e controle viário no perímetro escolar.

Criar comissões de controle de conflitos em escolas públicas.

Promover a iluminação pública municipal.

Implantar ou ampliar sistema de videomonitoramento.

Criar programas de incentivo ao videomonitoramento privado.

Aderir a projetos de prevenção ao uso de drogas ilícitas.

Estruturar Gabinete de Gestão Integrada Municipal.

Criar ou readequar guarda municipal.

4.1.1.2 Objetivo estratégico 2: “Instituir redes de ações de prevenção social da violência e da criminalidade”.

Meta 2.1: Firmar instrumento normativo com entes estaduais até dezembro de 2019.

Indicador 2.1: Instrumento normativo firmado.

Meta 2.2: Firmar instrumentos normativos com 4 entes municipais até dezembro de 2019.

Indicador 2.2: Instrumentos normativos firmados.

Fonte: Coordenadoria de Contratos e Convênios.

Iniciativas:

Estabelecer parcerias estratégicas.

Desenvolver atividades de prevenção ao uso de drogas lícitas e ilícitas.

Promover redução de riscos de vulnerabilidade comportamental e risco social de crianças, adolescentes e jovens.

Fortalecer os vínculos entre poder público, família, escola e comunidade.

Promover encaminhamentos para os programas de menor ou jovem aprendiz.

Fortalecimento da Polícia de Proximidade.

4.1.1.3 Objetivo estratégico 3: “Elevar a sensação de segurança da população mato-grossense”.

Meta 3.1: Monitorar a sensação de segurança da população mato-grossense anualmente até dezembro de 2019.

Indicador: Percepção/sensação de segurança.

Fonte: SAI - Pesquisa de percepção/sensação de segurança a ser realizada anualmente.

Iniciativas:

Realizar pesquisa de sensação de segurança para estabelecer o indicador de referência até dezembro 2017.

Meta 3.2: Elevar a sensação de segurança da população mato-grossense, a partir da pesquisa referencial até dezembro de 2019.

Indicador: Percepção/sensação de segurança.

Fonte: SAI - Pesquisa de percepção/sensação de segurança a ser realizada anualmente.

Iniciativas:

Desenvolver e disponibilizar aplicativo para iniciar atendimento de emergência.

Fortalecer o policiamento ostensivo.

Intensificar a produção de procedimentos operacionais padrão.

Intensificar a disseminação e a qualificação dos policiais para implantação dos procedimentos operacionais padrão.

Implementar parcerias estratégicas com os municípios, inclusive ao que tange a iluminação pública e qualidade do espaço público urbano.

Reduzir os riscos de incidentes referentes à segurança da população por meio de videomonitoramento.

Ampliar a quantidade de escolas com cobertura do patrulhamento escolar por área de Companhia da PM.

Ampliar a quantidade de palestras preventivas realizadas com lideranças comunitárias, moradores, escolas, comerciantes, entre outros.

Intensificar as ações de comunicação social.

Fortalecer a atuação da ouvidoria.

4.1.1.4 Objetivo estratégico 4: “Elevar a confiança da população mato-grossense nas instituições de segurança pública”.

Meta 4.1: Monitorar a confiança da população mato-grossense nas instituições de segurança pública anualmente até dezembro de 2019.

Indicador: Confiança.

Fonte: Pesquisa.

Iniciativas:

Realizar pesquisa de confiança da população nas instituições de segurança pública, para estabelecer o indicador de referência até dezembro 2017.

Meta 4.2: Elevar a confiança da população nas instituições de segurança pública, a partir de pesquisa referencial até dezembro de 2019.

Indicador: Confiança.

Fonte: Pesquisa.

Iniciativas:

Realizar pesquisa de satisfação de atendimentos em delegacias de polícia.

Intensificar a produção de procedimentos operacionais padrão.

Intensificar a disseminação e a qualificação dos policiais para implantação dos procedimentos operacionais padrão.

Fortalecer a integração e interação operacional das instituições.

Fortalecer as ações de policiamento comunitário.

Consolidar os projetos de prevenção social.

Intensificar as ações de comunicação social.

Fortalecer a atuação da ouvidoria.

Fortalecer a atuação das unidades de correição.

Consolidar atuação da PM em ocorrências não criminais.

Institucionalizar a mediação pacífica de conflitos.

4.1.1.5 Objetivo estratégico 5: “Aumentar a capacidade de proteger e de atender os cidadãos pelas instituições de segurança pública”.

Meta 5.1: Ampliar a integração e interação operacional das unidades de segurança pública

estadual, apoiando 20.000 ações e operações integradas até dezembro de 2019.

Indicador: Ações e operações integradas realizadas.

Fonte: COPLAM.

Iniciativas:

Regionalizar e integrar a atuação das instituições de segurança pública (RISPs).

Ampliar os recursos destinados aos pagamentos de diárias a serem empregadas nas ações e operações integradas das RISPs.

Realizar reuniões trimestrais com todos os coordenadores das RISPs para debater os índices criminais em suas áreas de atuação, produtividade (quantidade de ações e operações integradas realizadas) e necessidades.

Divulgar as boas práticas de integração e interação para os demais Coordenadores de RISPs.

Acoplar ao sistema de monitoramento dos índices criminais, os dados para monitoramento, dos crimes de tráfico de drogas, corrupção e crime organizado, por RISP.

Implantar o sistema de plano de ações integradas para que as ações e operações integradas sejam monitoradas e quantificadas pela COPLAM.

Suprir as instituições com os materiais de consumo necessários às atividades previstas nesta meta.

Ampliar a atuação da inteligência nas RISPs, de modo integrado buscando a produção de conhecimento de interesse para a RISP.

Qualificar os profissionais para a atuação integrada e utilização das tecnologias.

Modernizar as tecnologias para resolução de crimes.

Instituir procedimento operacional padrão para o funcionamento dos Núcleos de Estatísticas e Análise Criminal.

Integrar bancos de dados públicos e privados, pela Secretaria Adjunta de Inteligência e por meio de parceria, cooperação técnica e/ou convênio.

Meta 5.2: Conceber sistemática de redução de riscos de crimes de trânsito (com vítimas) sob enfoque municipal, até dezembro de 2019.

Indicador: Projeto aprovado pelo nível estratégico.

Fonte: Coordenadoria de Projetos.

Iniciativas:

Capacitar corpo técnico na norma brasileira ABNT 31.000.

Estabelecer parcerias estratégicas.

Promover estudos para planejamento de redução de ‘riscos de acidente de trânsito’, como o mapeamento de trechos de vias municipais com maiores índices de acidente de trânsito com vítimas e das principais causas desses acidentes.

Promover campanhas de educação no trânsito para a prevenção das causas identificadas dos acidentes.

Fortalecer as blitz educativas e repressivas baseadas na “Lei Seca”.

Meta 5.3: Ampliar os atendimentos aerotransportados em 20% até dezembro de 2019.

Indicador: Número de atendimentos nos últimos quatro anos.

Fonte: Sistema água digital – CIOPAer.

Iniciativas:

Equipar uma aeronave de asa fixa com kit aeromédico.

Ampliar a quantidade de horas de voo.

Capacitar pessoal para as atividades específicas³.

Adquirir de uma aeronave asa rotativa, por meio de convênio.

Adquirir de uma aeronave asa fixa de médio porte, por meio de convênio.

Adquirir pelo menos um caminhão tanque para abastecimento de aeronaves.

Construir duas bases operacionais no interior do estado, uma na região de Sorriso/MT, e outra, na fronteira com a Bolívia.

Reformar a sede do CIOPAer.

Meta 5.4: Ampliar a capacidade do Corpo de Bombeiros Militar para prevenir e atender a sinistros e emergências em 10% ao ano até dezembro de 2019.

Indicador: Demanda reprimida (vide apêndice A).

Fonte: SROBM / CIOSP

Iniciativas:

Reduzir o tempo-resposta de atendimento emergencial de bombeiros na região metropolitana.

Ampliar a cobertura territorial do atendimento de socorro por Unidades de Bombeiro Militar (UBM) no interior do estado.

Elevar a prevenção e segurança das edificações.

³ 10 (dez) cursos práticos de procedimentos de emergência em aeronave; 3 (três) Curso de Piloto Privado de Helicóptero - PPH; 6 (seis) Curso de piloto Comercial de Helicóptero – PCH; 3 (três) Curso de Piloto Comercial de Avião – PCH; 5 (cinco) Curso básico de mecânico de aeronave; 5 (cinco) Curso de Mecânico Motor de aeronave; 5 (cinco) Curso de Mecânico Célula de aeronave e 5 (cinco) Curso de Mecânico Aviônico de aeronave.

Meta 5.5: Reduzir o número de reclamações quanto a qualidade do atendimento ao público do DETRAN em 10 % ao ano até dezembro de 2019.

Indicador: Prevalência de Reclamações na Ouvidoria Setorial (PROS).

Fonte: Ouvidoria Setorial.

Iniciativas:

Implantação do Sistema de Gerenciamento de Atendimento (SGA) ao Público por meio de senhas em todas as unidades de atendimento do DETRAN.

Melhorar o arcabouço de tecnologia de informação nas Unidades de Atendimento.

Qualificar os atendentes.

Implantar sistemática de avaliação pelo usuário ao final de cada atendimento realizado.

Implantar novas tecnologias de atendimento eletrônico.

Meta 5.6: Reduzir o prazo médio de emissão de carteira de identificação na região metropolitana de Cuiabá para 8 dias até dezembro de 2019.

Meta 5.7: Reduzir o prazo médio de emissão de carteira de identificação no interior do estado para 15 dias até dezembro de 2019.

Indicador: Prazo médio anual de emissão de documento.

Fonte: Sistema de Identificação Oficial.

Iniciativas:

Ampliar quadro de papiloscopistas.

Modernizar parque tecnológico.

Melhorar a logística de aquisição de cédulas de identidade.

Meta 5.8: Melhorar a eficiência e eficácia da atividade de prevenção, repressão qualificada e controle dos crimes prioritários da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso.

Indicador: Ações de policiamento ostensivo.

Fonte: Superintendência de Planejamento Operacional e Estatística da PM.

Iniciativas:

Destinar as rondas do policiamento ostensivo motorizado em bairros, em endereços e horários, com maior incidência de crimes de homicídio e roubo.

Destinar as rondas do policiamento ostensivo a pé realizado em bairros, em endereços e

horários, com maior incidência de crimes de homicídio e roubo.

Realizar operações de saturação semanais realizadas nos bairros de maior incidência criminal de homicídio e roubo.

Realizar blitz e barreiras semanais nos bairros de maior incidência criminal de homicídio e roubo.

Realizar operações de combate ao tráfico de drogas.

Realizar abordagens a pessoas e veículos.

Realizar ações de prevenção primária.

4.1.1.6 Objetivo estratégico 6 “Aprimorar o enfrentamento à criminalidade pelas instituições de segurança pública”.

Meta 6.1: Ampliar os inquéritos de homicídios relatados com autoria definida para 75 % até dezembro de 2019.

Indicador: Inquéritos de homicídio relatados com autoria definida.

Fonte: Geia/PJC.

Meta 6.2: Ampliar os inquéritos de roubos relatados com autoria definida para 80% até dezembro de 2019.

Indicador: Inquéritos de roubo relatados com autoria definida.

Fonte: Geia/PJC.

Iniciativas:

Prover insumos necessários ao atendimento das demandas.

Destinar carros descaracterizados para o setor.

Priorizar estudos e análises sobre padrões dos crimes de homicídio e de roubo observados em localizações de maior incidência deste crime.

Publicar estudos que apontem as principais motivações e correlações de cada um dos tipos penais citados no Estado.

Meta 6.3: Ampliar a integração e interação das unidades de segurança pública para o enfrentamento das organizações criminosas em 20% até dezembro de 2019.

Indicador: Ações e operações de combate ao crime organizado.

Fonte: GCCO / PJC.

Iniciativas:

Monitorar as facções e organizações criminosas, dentro e fora do sistema prisional.

Desenvolver mecanismos proativos de intervenção nas facções e organizações criminosas, evitando delitos graves e de repercussão.

Fortalecer a atuação do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (CIRA).

Estabelecer parcerias estratégicas com órgãos municipais, estaduais e federais buscando evitar atos de corrupção.

Meta 6.4: Manter o percentual dos laudos periciais concluídos em relação aos requisitados emitidos da demanda anual da POLITEC em 98% até dezembro de 2019.

Indicador: Laudos periciais concluídos em relação aos solicitados.

Fonte: Sistema de gerenciamento de laudos.

Iniciativas:

Prover insumos necessários ao atendimento das demandas.

Melhorar a capacidade de atendimento de demandas de antropologia legal na Diretoria de Medicina Legal.

Promover estudos sobre utilização de laudos em crimes escolhidos para analisar os resultados que ensejam e as formas de aprimorá-los.

Meta 6.5: Ampliar e fortalecer o enfrentamento da criminalidade com foco em organizações criminosas, tráfico de drogas e furto, roubo e recuperação de veículos na faixa de fronteira em 10 % ao ano até dezembro de 2019.

Indicador: Número de operações.

Fonte: GEFRON.

Iniciativas:

Ampliar a área de cobertura do policiamento na faixa de fronteira.

Padronização do armamento utilizado pelos policiais do GEFRON.

Dirigir as operações orientadas por evidências provenientes do núcleo de inteligência do GEFRON.

Meta 6.6: Favorecer a interação por meio de debates nas câmaras temáticas e técnicas e estabelecer diretrizes sobre ações de integração em 10 linhas temáticas ou técnicas até dezembro de 2019.

Indicador 1: Interação – número de Câmaras temáticas e técnicas em atividade.

Indicador 2: Diretrizes de ação integrada estabelecidas.

Fonte: GGI

Iniciativas:

Criar câmara temática sobre repressão e prevenção aos crimes ambientais.

Aprimorar a câmara temática sobre roubo e furto de defensivos agrícolas.

Aprimorar a câmara temática sobre roubo a banco e agências de correios.

Aprimorar a câmara temática sobre o combate à pirataria.

Criar câmara técnicas sobre enfrentamento ao tráfico domésticos de drogas ilícitas nas RISPs.

Aprimorar a câmara técnicas sobre crimes ordenados de presídios.

Aprimorar a câmara técnica de desastre com múltiplas vítimas.

Aprimorar a câmara técnica de local de crime.

Aprimorar a câmara técnica de atuação integrada em grandes eventos.

Aprimorar a câmara técnica de atuação em ocorrências de tentativa de suicídio.

4.1.2 PERSPECTIVA DA ORGANIZAÇÃO

4.1.2.1 *Objetivo estratégico 7: “Motivar os profissionais das instituições de segurança pública”*

Meta 7.1: Criar cadastro único de informações sobre destinação de vagas à capacitação e qualificação profissional de servidores do setor de segurança pública até 2017.

Indicador: Cadastro criado.

Fonte: Coordenadoria de gestão de pessoas SESP.

Meta 7.2: Acompanhar a destinação anual de vagas à capacitação profissional de servidores públicos até dezembro de 2019.

Indicador: Número de distribuição de cursos de curta duração (até 80 horas).

Indicador: Número de distribuição de cursos de média duração (até 160 horas).

Indicador: Número de distribuição de cursos de longa duração (a partir de 161 horas).

Fonte: Coordenadoria de gestão de pessoas

Iniciativas:

Melhorar a interlocução entre a coordenadoria de gestão de pessoas e diretorias de ensino.

Estabelecer parcerias com escolas de governo do poder executivo, legislativo e judiciário.

Conceber projetos de qualificação profissional, inclusive em línguas estrangeiras.

Conceber projetos de qualificação profissional pós graduação *lato sensu*.

Aproximar-se de universidades e instituições científicas.

Promover seminários de comunicação científica.

Meta 7.3: Incentivar a qualificação profissional *stricto sensu* de 20 servidores públicos até dezembro de 2019.

Indicador: Número de servidores em qualificação profissional.

Fonte: Coordenadoria de gestão de pessoas SESP.

Iniciativas:

Conceber parcerias para desenvolver mestrado profissional.

Conceber um periódico científico para a circulação do conhecimento produzido

Aproximar-se de universidades e instituições científicas.

Promover seminários de comunicação científica.

Promover redes de produção científica entre as instituições da Secretaria de Segurança Pública.

Meta 7.4: Estabelecer sistemática de bonificação dos servidores de segurança pública por cumprimento de metas integradas até dezembro de 2019.

Indicador: Metas atingidas - Comparação entre as metas projetadas e as alcançadas por Região Integrada de Segurança Pública.

Fonte: COPLAM - Coordenadoria de planejamento e monitoramento.

Iniciativas:

Estabelecer metas por órgão de segurança por RISP, sob a ótica de índices criminais, integração dos órgãos de segurança e produtividade.

Monitorar o alcance das metas.

Promover projeto de lei para estabelecer legislação que cria bonificação salarial.

Gratificar os profissionais da RISP que atingirem as metas estabelecidas para a região.

4.1.2.2 **Objetivo estratégico 8 : “Reduzir a lacuna infraestrutural das instituições de Segurança Pública”.**

Meta 8.1: Ampliar a cobertura da malha de infraestrutura de comunicação de dados para 100% das unidades de segurança até dezembro de 2019.

Indicador: Percentual de unidades de segurança pública com infraestrutura de comunicação de dados.

Fonte: Sistema de monitoramento.

Iniciativas:

Sistematizar as fases de implantação de projeto de malha de comunicação de dados.

Articular a priorização da implantação de malha de comunicação de dados para a segurança pública.

Meta 8.2: Revitalizar estruturas prediais prioritárias utilizadas por instituições de segurança pública até dezembro de 2019.

Indicador 1: montante aplicado em manutenção predial e reformas.

Fonte: Fiplan.

Fonte: GeOEn/SAAS.

Meta 8.3: Construir ou ampliar estruturas prediais prioritárias utilizadas por instituições de segurança pública até dezembro de 2019.

Indicador 1: montante aplicado em novas construções e ampliações.

Fonte: Fiplan.

Fonte: GeOEn/SAAS.

Iniciativas:

Fortalecer a Gerência de Obras e Engenharia / SAAS.

Re-elaborar um mapa de prioridades de manutenção predial, reformas e construção.

Revisar o PPA.

Intensificar utilização de novo modelo de concessão e PPP para estruturas prediais segurança pública.

4.1.2.3 Objetivo estratégico 9: “Dinamizar e integrar os procedimentos de aquisições entre as unidades gestoras e a administração sistêmica da SESP”.

Meta 9.1: Reduzir o prazo médio de emissão de ordem de fornecimento em processos de pregão, de 205 para 115 dias até dezembro de 2019.

Indicador: Prazo decorrido entre a data da demanda (protocolo da SESP/MT) e data de assinatura da ordem de fornecimento em processos de aquisição por meio de pregão.

Meta 9.2: Reduzir o prazo médio de emissão de ordem de fornecimento em processos de compra direta, de 42 para 30 dias até dezembro de 2019.

Indicador: Prazo de emissão de emissão PED definitivo/empenho em processos de aquisição

por meio compra direta.

Meta 9.3: Reduzir o prazo médio de emissão de ordem de fornecimento em processos de adesão a ata de registro de preço, de 114 para 90 dias até dezembro de 2019.

Indicador: Prazo decorrido entre a data da demanda (data de protocolo da SESP/MT) e data de assinatura da ordem de fornecimento em processos de aquisição por meio de adesão a ata de registro de preço.

Fonte: Sistema de protocolo da SESP/MT. Coordenadoria de Aquisições - SAAS.

Iniciativas:

Revisar o regimento interno.

Atualizar a normatização interna de aquisições, excluindo o excesso de burocracia.

Revisar e simplificar os fluxos procedimentais.

Implementar indicadores intermediários para monitoramento do tempo decorrido.

Promover a produção de informações gerenciais em ambiente virtual.

Negociar redução de prazo de atendimento em processos de aquisição que envolvam procedimentos em outras secretarias, tais como CONDES, SEGES, MTI, SECID, SEFAZ, SEPLAN.

Estabelecer os critérios mínimos aceitáveis de conformidade processual.

Otimizar a aplicação de recursos.

4.1.2.4 Objetivo estratégico 10: “Fortalecer o sistema de inteligência estadual por meio de formação de uma rede de produção de conhecimento”.

Meta 10.1: Integrar os sistemas de tecnologia da informação de segurança pública em no mínimo 90% até dezembro de 2019.

Indicador: Percentual de integração.

Fonte: Sistema de monitoramento.

Iniciativas:

Sistematizar as fases de implantação de projeto de integração das bases de dados existentes.

Desenvolver maior sinergia entre potenciais usuários e desenvolvedores de sistemas.

Coletar as ideias de novos projetos de sistemas da informação de uso operacional para análise e deliberação do Comitê de Tecnologia da Informação.

Ampliar a disponibilidade dos sistemas de informações estratégicas e operacionais.

Meta 10.2: Aumentar a comparabilidade, completude e confiabilidade dos registros em

sistemas corporativos e difundir a aplicação das análises criminais até dezembro de 2019.

Indicador: Percentual de registros com incorreções apontados pela auditoria da qualidade.

Fonte: Relatório de auditoria.

Iniciativas:

Conscientizar e requalificar os usuários dos sistemas sobre a importância de registros fidedignos.

Padronizar e integrar o Registro de Ocorrências Policiais (SROP) entre as polícias civil e militar.

Formar auditores internos da qualidade.

Encaminhar as impropriedades para os setores correcionais.

Meta 10.3: Integrar e compartilhar os bancos de dados afetos à Segurança Pública de 10 unidades federativas até dezembro de 2019.

Indicador: Compartilhamento de dados efetivado entre os Estados do Brasil Central Seguro.

Fontes: STI.

Iniciativas:

Promover a conscientização e a participação dos Estados que integram o Brasil Central Seguro para o intercâmbio dos bancos de dados criminais.

Intercambiar os bancos de dados criminais entre os Estados que integram o Brasil Central Seguro.

Promover a difusão de relatórios técnicos baseados na análise criminal dos Estados participantes do Brasil Central Seguro.

Doar e receber de forma gratuita sistemas de análise criminal com código fonte.

Meta 10.4: Formular, monitorar, revisar e avaliar o planejamento estratégico de segurança pública até dezembro de 2019.

Indicador: Anuário publicado.

Fontes: Website da SESP.

Iniciativas:

Utilizar sistema informatizado para acompanhar o andamento deste plano.

Manter arquivo de descrição da fórmula dos indicadores em uso.

Implementar capacitação em gestão da qualidade (NBR 9001).

Elaborar novos indicadores gerenciais a serem implantados.

Descrever metodologia de coleta de dados e fonte de coleta de dados.

Implementar estrutura de análise de informações para os gestores.

Promover a publicação de relatórios de acompanhamento e de séries históricas dos indicadores gerenciais.

Publicar anuário de informações de segurança pública.

O quadro a seguir proporciona o panorama dos objetivos estratégicos deste plano.

Quadro 6- Resumo dos objetivos estratégicos

OE1 - Pactuar políticas que envolvem a segurança pública nas interfaces com os entes municipais, os poderes constituídos e setores organizados da sociedade.	OE2 - Instituir redes de ações de prevenção social da violência e da criminalidade.
OE3 - Elevar a sensação de segurança da população mato-grossense.	OE4 - Elevar a confiança da população mato-grossense nas instituições de segurança pública.
OE5 - Aumentar a capacidade de proteger e de atender os cidadãos pelas instituições de segurança pública.	OE6 - Aprimorar o enfrentamento à criminalidade pelas instituições de segurança pública.
OE7 - Motivar os profissionais das instituições de segurança pública.	OE8 - Reduzir a lacuna infraestrutural das instituições de Segurança Pública.
OE9 - Dinamizar e integrar os procedimentos de aquisições entre as unidades gestoras e a administração sistêmica da SESP.	OE10 - Fortalecer o sistema de inteligência estadual por meio de formação de uma rede de produção de conhecimento.

Fonte: Elaboração própria.

4.2 MAPA ESTRATÉGICO

Negócio:
Ordem pública e defesa social.

Missão:
Promover a preservação da ordem pública e dos direitos fundamentais.

Visão:

Tornar-se uma instituição de reconhecida excelência na proteção da sociedade mato-grossense como elemento ao desenvolvimento social.

Resultados esperados

Sensação de segurança ampliada.

Criminalidade reduzida.

Ordem pública mantida.

Confiança entre sociedade e instituições de segurança pública ampliada.

Parcerias estratégicas estabelecidas.

Capacidade de proteção ampliada.

Processos

Promover a elaboração e adoção de projetos de gestão da qualidade e do

Ampliar a captação de recursos orçamentários e extra orçamentários.

Melhorar o tempo de resposta dos serviços prestados.

Pessoas

Aprimorar a lotação e atuação dos profissionais frente a sua área de qualificação.

Tecnologias

Otimizar o uso de sistemas de informação e de comunicação disponíveis.

Infraestrutura

Priorizar a infraestrutura de comunicação e de manutenção predial básica.

Orçamento

Ampliar o monitoramento das etapas de execução das despesas.

Valores

Cooperação

Ética

Excelência na qualidade

Legalidade

Recursos

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Políticas públicas que se destinam a apresentar soluções ao desafio de reduzir as taxas de criminalidade não possuem um desenho consensual, nem são de fácil implementação. Em parte, o baixo índice de avaliação dessas políticas no Brasil impõe um obstáculo ao alcance de maior consenso quanto a formulação de políticas públicas efetivas, dificultando a correlação entre a política formulada e implementada e os resultados obtidos. Por consequência, não surpreende que as melhores evidências que correlacionem a formulação da política a seus eventuais êxitos, bem como as boas práticas locais, não estejam registradas em medida suficiente ao replanejamento.

Esse plano intenciona uma inversão dessa “lógica”. O monitoramento deverá ser adotado como regra, inclusive com o escopo de promover ajustes e replanejamento frente aos resultados obtidos ou por força de obstáculos, inclusive os financeiros, à concretização da projeção adotada.

Apesar da obtenção dos resultados esperados pela implementação deste plano dependerem de múltiplos fatores, alguns externos à governabilidade do segmento institucional tradicionalmente conhecido como “segurança pública”, a intenção é a de envidar esforços dentro do rol de competências desta Secretaria de Estado, cumprindo com suas responsabilidades para o alcance dos resultados esperados: uma sociedade mato-grossense mais segura para viver bem. E vai além ao assumir o protagonismo na articulação com outros órgãos em busca do pacto pela segurança.

Entre os próximos passos, este planejamento estratégico será desdobrado em planejamentos tático e operacional, envolvendo as unidades de segurança, os poderes constituídos e os setores organizados da sociedade.

A consecução harmônica e sincronizada dos objetivos descritos neste planejamento estratégico criam condições para prover maior qualidade ao serviço de segurança pública, expectativa que combina os anseios da sociedade aos da organização.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: Informação e documentação – Referências – Elaboração. Rio de Janeiro, 2002. 24 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6024**: Informação e documentação – Numeração progressiva das seções de um documento – Apresentação. Rio de Janeiro, 2012. 4p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6027**: Informação e documentação – Sumário – Apresentação. Rio de Janeiro, 2012. 3 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6029**: Informação e documentação – Livros e folhetos – Apresentação. Rio de Janeiro. 2006. 9 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: Informação e documentação – Citações em documentos – Apresentação. Rio de Janeiro. 2002. 7 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724**: Informação e documentação – Trabalhos acadêmicos – Apresentação. Rio de Janeiro. 2011. 11p.

BALANCED SCORECARD INSTITUTE. Balanced Scorecard Basics. 200-. Disponível em: < <http://balancedscorecard.org/Resources/About-the-Balanced-Scorecard> >. Acesso em: 15 nov 2016.

BARBOUR, R. **Grupos focais**. Porto Alegre: Artmed, 2009 [2008]. ISBN 978-85-363-2054-0.

BORGES. **Vitimização criminal: prevalência, incidência e o estilo de vida**. Pesquisa de condições de vida e vitimização de 2007. (COORD.), M. D.;(ORG.), A. P., *et al*. Rio de Janeiro: Riosegurança. Série Análise criminal v. 2: 204 p. 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. Planejamento Estratégico do Ministério da Justiça 2016 - 2019. Disponível em: <http://justica.gov.br/Acesso/governanca/planejamento-estrategico/pdfs-planejamento-estrategico>. Acesso em nov. 2016.

CRUZ, F. *et al*. **Comentários a Lei Nº 4.320**. 3ª São Paulo: Atlas, 2003. ISBN 85-224-3322-4.

EUROPEAN CENTRE FOR DISEASE PREVENTION AND CONTROL. **Evidence-based methodologies for public health – How to assess the best available evidence when time is limited and there is lack of sound evidence.** Stockholm, 2011. ISBN 978-92-9193-311-2

HOUAISS, A.; VILLAR, M. D. S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa.** Dicionário Houaiss da língua portuguesa. HOUAISS, I. A. Rio de Janeiro: Editora Objetiva 2001.

MATO GROSSO. **Manual de elaboração do PPA 2016 - 2019.** SEPLAN. Cuiabá 2015.

MINAYO. Construção de Indicadores Qualitativos para Avaliação de Mudanças. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 33 (1 Supl. 1), p. 83-91, 2009.

MOEN, R. Foundation and History of the PDSA Cycle. 2015.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DE MATO GROSSO. Criminalidade RISP's de Mato Grosso (homicídio, roubo, furto e drogas). Comparativo 2014 – 2015, 1º semestre. 2015.

SHERMAN, L. **The Rise of Evidence-Based Policing: Targeting, Testing, and Tracking.** The University of Chicago, 2013. ISBN 0192-3234.

_____. **The future of evidence based policing.** Police Science: Australia & New Zealand Journal of Evidence Based Policing. MARTIN, P.: Australia & New Zealand Society of Evidence Based Policing. 1 2016.

SILVA, D. P. E. **Vocabulário Jurídico.** 19. Rio de Janeiro: [1963] 2002.

SOUZA, C. Introdução Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, v. 16, n. 8, p. p. 20-45, jul/dez 2006 2006.

TCE-MT; CEM-CEBRAP. **Diagnóstico do desempenho do governo do Estado de Mato Grosso na política de segurança.** Centro de Estudos da Metrópole / CEBRAP; Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso. São Paulo. 2011. Disponível em: <http://cidadao.tce.mt.gov.br/politicasPublicasSeguranca/index.html>. Acesso em: nov. 2016.

_____. **Diagnóstico do desempenho do governo do Estado de Mato Grosso na política de segurança. Atualização dos indicadores de segurança do Estado de Mato Grosso, 2011.** Centro de Estudos da Metrópole / CEBRAP; Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso. São Paulo. 2013. Disponível em:

<http://cidadao.tce.mt.gov.br/politicasPublicasSeguranca/index.html>. Acesso em: nov. 2016.

_____. **Diagnóstico do desempenho do governo do Estado de Mato Grosso na política de segurança. Atualização dos indicadores de segurança do Estado de Mato Grosso 2012.** Centro de Estudos da Metrópole / CEBRAP; Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso. São Paulo. 2014. Disponível em: <http://cidadao.tce.mt.gov.br/politicasPublicasSeguranca/index.html>. Acesso em: nov. 2016.

_____. **Diagnóstico do desempenho do governo do Estado de Mato Grosso na política de segurança. Atualização dos indicadores de segurança do Estado de Mato Grosso 2013.** Centro de Estudos da Metrópole / CEBRAP; Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso. São Paulo. 2015. Disponível em: <http://cidadao.tce.mt.gov.br/politicasPublicasSeguranca/index.html>. Acesso em: nov. 2016.

_____. **Diagnóstico do desempenho do governo do Estado de Mato Grosso na política de segurança. Atualização dos indicadores de segurança do Estado de Mato Grosso 2014.** Centro de Estudos da Metrópole / CEBRAP; Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso. São Paulo. 2016. Disponível em: <http://cidadao.tce.mt.gov.br/politicasPublicasSeguranca/index.html>. Acesso em: nov. 2016.

APÊNDICE A – Indicadores

Quadro 7- Resume o painel de indicadores

OE1	Pactuar políticas que envolvem a segurança pública nas interfaces com os entes municipais, os poderes constituídos, e os setores organizados da sociedade	Setor Responsável	Indicador	Fonte	Unidade de Medida	Valor de referência
Meta 1.1	Firmar acordo de cooperação técnica com 4 municípios até dezembro de 2019	SESP / SAIOP - GGI	Número de acordos de cooperação técnica firmados	Coordenadoria de Contratos e Convênios	Unidade	N/A
OE2	Instituir redes de ações de prevenção social da violência e da criminalidade	Setor Responsável	Indicador	Fonte	Unidade de Medida	Valor de referência
Meta 2.1	Firmar instrumento normativo com entes estaduais até dezembro de 2019	CPC	Instrumento normativo firmado	Coordenadoria de Contratos e Convênios	Unidade	N/A
Meta 2.2	Firmar instrumentos normativos com 4 entes municipais até dezembro de 2019	CPC	Número de instrumentos normativos firmados	Coordenadoria de Contratos e Convênios	Unidade	N/A
OE3	Elevar a sensação de segurança da população mato-grossense	Setor Responsável	Indicador	Fonte	Unidade de Medida	Valor de referência
Meta 3.1	Monitorar a sensação de segurança da população mato-grossense anualmente até dezembro de 2019	SAI	Percepção/sensação de segurança	SAI - Pesquisa de percepção/sensação de segurança	Unidade	Indisponível para ano 2015
Meta 3.2	Elevar a sensação de segurança da população mato-grossense, a partir da pesquisa referencial até dezembro de 2019	SESP	Percepção/sensação de segurança	SAI - Pesquisa de percepção/sensação de segurança	Percentual	A ser mensurado a partir de pesquisa referencial

Continuação...

Continuação do quadro 7- Resume o painel de indicadores

OE4	Elevar a confiança da população mato-grossense nas instituições de segurança pública	Sector Responsável	Indicador	Fonte	Unidade de Medida	Valor de referência
Meta 4.1	Monitorar a confiança da população mato-grossense nas instituições de segurança pública anualmente até dezembro de 2019.	SAI	Confiança	Pesquisa de confiança nas instituições da Secretaria de Segurança Pública	Unidade	Indisponível para ano 2015
Meta 4.2	Elevar a confiança da população nas instituições de segurança pública, a partir de pesquisa referencial até dezembro de 2019.	SESP	Confiança	Pesquisa de confiança nas instituições da Secretaria de Segurança Pública	Percentual	A ser mensurado a partir de pesquisa referencial
OE5	Aumentar a capacidade de proteger e de atender os cidadãos pelas instituições de segurança pública	Sector Responsável	Indicador	Fonte	Unidade de Medida	Valor de referência
Meta 5.1	Ampliar a integração e interação operacional das unidades de segurança pública estadual, apoiando 20.000 ações e operações integradas até dezembro de 2019.	SAIOP	Número de ações e operações integradas realizadas	COPLAM - Coordenadoria de planejamento e monitoramento	Unidade	13.000
Meta 5.2	Conceber sistemática de redução de riscos de crimes de trânsito (com vítimas) sob enfoque municipal, até dezembro de 2019	GGI	Projeto aprovado pelo nível estratégico	Coordenadoria de Projetos	Unidade	N / A
Meta 5.3	Ampliar os atendimentos aerotransportados em 20% até dezembro 2019	CIOPAEr	Número de atendimentos nos últimos quatro anos	Sistema água digital - CIOPAEr	Unidade	803

Continuação...

Continuação do quadro 7- Resume o painel de indicadores

OE5	Aumentar a capacidade de proteger e de atender os cidadãos pelas instituições de segurança pública	Sector Responsável	Indicador	Fonte	Unidade de Medida	Valor de referência
Meta 5.4	Ampliar a capacidade do Corpo de Bombeiros Militar para prevenir e atender a sinistros e emergências em 10% ao ano até dezembro de 2019	CBM	Demanda reprimida (corresponde ao número de ocorrências solicitadas e não atendidas)	SROBM / CIOSP	Unidades	1082
Meta 5.5	Reduzir o número de reclamações quanto a qualidade do atendimento ao público do DETRAN em 10 % ao ano até dezembro de 2019	DETRAN	Reclamações na Ouvidoria Setorial sobre o atendimento ao público no DETRAN.	Ouvidoria Setorial (PROS).	Percentual	885
Meta 5.6	Reduzir o prazo médio de emissão de carteira de identificação na região metropolitana de Cuiabá para 8 dias até dezembro de 2019	POLITEC	Prazo médio anual de emissão de documento	Sistema de Identificação Oficial	Dias	15
Meta 5.7	Reduzir o prazo médio de emissão de carteira de identificação no interior do estado para 15 dias até dezembro de 2019.	POLITEC	Prazo médio anual de emissão de documento	Sistema de Identificação Oficial	Dias	60
Meta 5.8	Melhorar a eficiência e eficácia da atividade de prevenção, repressão qualificada e controle dos crimes prioritários da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso	PM - Superintendência de Planejamento Operacional e Estatística	Número de ações de policiamento ostensivo	Superintendência de Planejamento Operacional e Estatística da PM	Unidade	-

Continuação...

Continuação do quadro 7- Resúme o painel de indicadores

OE6	Aprimorar o enfrentamento à criminalidade pelas instituições de segurança pública	Sector Responsável	Indicador	Fonte	Unidade de Medida	Valor de referência
Meta 6.1	Ampliar os inquéritos de homicídios relatados com autoria definida para 75 % até dezembro de 2019	PJC	Percentual de inquéritos de homicídio concluídos com autoria definida	Geia/PJC	Percentual	67%
Meta 6.2	Ampliar os inquéritos de roubos relatados com autoria definida para 80% até dezembro de 2019.	PJC	Percentual de inquéritos de roubo concluídos com autoria definida	Geia/PJC	Percentual	76%
Meta 6.3	Ampliar a integração e interação das unidades de segurança pública para o enfrentamento das organizações criminosas em 20% até dezembro de 2019.	SESP	Número de ações e operações de combate ao crime organizado	GCCO / PJC	Unidade	23
Meta 6.4	Manter o percentual dos laudos periciais concluídos em relação aos requisitados emitidos da demanda anual da POLITEC em 98% até dezembro de 2019	POLITEC	Percentual de laudos periciais concluídos em relação aos solicitados	Sistema de gerenciamento de laudos	Percentual	98%
Meta 6.5	Ampliar e fortalecer o enfrentamento da criminalidade com foco em organizações criminosas, tráfico de drogas e furto, roubo e recuperação de veículos na faixa de fronteira em 10% ao ano até dezembro de 2019	SESP - SAIOP	Número de operações	GEFRON	Unidade	65 operações (2017: 80 operações 2018: 88 operações 2019: 97 operações)
Meta 6.6	Favorecer a interação por meio de debates nas câmaras temáticas e técnicas e estabelecer diretrizes sobre ações de integração em 10 linhas temáticas ou técnicas até dezembro de 2019	GGI	1) Interação – número de Câmaras temáticas e técnicas em atividade. 2) Diretrizes de ação integrada estabelecidas.	GGI	Unidade	3

Continuação...

Continuação do quadro 7- Resume o painel de indicadores

OE7	Motivar os profissionais das instituições de segurança pública	Sector Responsável	Indicador	Fonte	Unidade de Medida	Valor de referência
Meta 7.1	Criar cadastro único de informações sobre destinação de vagas à capacitação e qualificação profissional de servidores do setor de segurança pública até 2017	Diretorias de ensino das instituições e Coordenadoria de gestão de pessoas SESP	Cadastro criado	Coordenadoria de gestão de pessoas da SESP	Unidade	Zero
Meta 7.2	Acompanhar a destinação anual de vagas à capacitação profissional de servidores públicos até dezembro de 2019	Diretorias de ensino das instituições e Coordenadoria de gestão de pessoas SESP.	(1) Número de distribuição de cursos de curta duração (até 80 horas); (2) número de distribuição de cursos de média duração (até 160 horas) (3) número de distribuição de cursos de longa duração (a partir de 161 horas).	Coordenadoria de gestão de pessoas SESP.	Unidade por categoria de indicador	Ano de referência, neste caso, será 2017 por ser o ano de criação do cadastro
Meta 7.3	Incentivar a qualificação profissional stricto sensu de 20 servidores públicos até dezembro de 2019	ESIMAT e Diretorias de Ensino.	Número de servidores em qualificação profissional	Coordenadoria de gestão de pessoas SESP	Número	10
Meta 7.4	Estabelecer sistemática de bonificação dos servidores da SP por cumprimento de metas integradas até dezembro de 2019	SESP – SAIOP	Metas atingidas	COPLAM -	Número	Varia por RISP

Continuação...

Continuação do quadro 7- Resume o painel de indicadores

OE8	Reduzir a lacuna infraestrutural das instituições de Segurança Pública	Setor Responsável	Indicador	Fonte	Unidade de Medida	Valor de referência
Meta 8.1	Ampliar a cobertura da malha de infraestrutura de comunicação de dados para 100% das unidades de segurança até dezembro de 2019	Superintendência de Tecnologia da Informação - SAAS	Percentual de unidades de segurança pública com infraestrutura de comunicação de dados	Sistema de monitoramento	Percentual	60%
Meta 8.2	Revitalizar estruturas prediais prioritárias utilizadas por instituições de segurança pública, até dezembro de 2019.	Instituições de Segurança Pública e SAAS.	Montante aplicado em manutenção predial e reformas.	Fiplan. GeOEn/SAAS	Valor em reais.	N / A
Meta 8.3	Construir ou ampliar estruturas prediais prioritárias utilizadas por instituições de segurança pública até dezembro de 2019.	Instituições de Segurança Pública e SAAS.	Montante aplicado em novas construções e ampliações.	Fiplan. GeOEn/SAAS	Valor em reais.	N / A

Continuação...

Continuação do quadro 7 - Resume o painel de indicadores

OE9	Dinamizar e integrar os procedimentos de aquisições entre as unidades gestoras e a administração sistêmica da SESP	Sector Responsável	Indicador	Fonte	Unidade de Medida	Valor de referência
Meta 9.1	Reduzir o prazo médio de emissão de ordem de fornecimento em processos de pregão, de 205 para 115 dias até dezembro de 2019	Coordenadoria de Aquisições - SAAS	Prazo decorrido	Sistema de protocolo da SESP/MT. Coordenadoria de Aquisições - SAAS	Dias	205
Meta 9.2	Reduzir o prazo médio de emissão de ordem de fornecimento em processos de compra direta, de 42 para 30 dias até dezembro de 2019	Coordenadoria de Aquisições - SAAS	Prazo decorrido	Sistema de protocolo da SESP/MT. Coordenadoria de Aquisições - SAAS	Dias	42
Meta 9.3	Reduzir o prazo médio de emissão de ordem de fornecimento em processos de adesão a ata de registro de preço, de 114 para 90 dias até dezembro de 2019.	Coordenadoria de Aquisições - SAAS	Prazo decorrido	Sistema de protocolo da SESP/MT. Coordenadoria de Aquisições - SAAS	Dias	114
OE10	Fortalecer o sistema de inteligência estadual por meio de formação de uma rede de produção de conhecimento	Sector Responsável	Indicador	Fonte	Unidade de Medida	Valor de referência
Meta 10.1	Integrar os sistemas de tecnologia da informação em segurança pública em no mínimo 90% até dezembro de 2019.	Coordenadoria de Tecnologia da Comunicação	Percentual de integração	Sistema de monitoramento	Percentual	60%
Meta 10.2	Aumentar a comparabilidade, completude e confiabilidade dos registros em sistemas corporativos e difundir a aplicação das análises criminais até dezembro de 2019.	SAI	Percentual de incorreções	Relatório de auditoria	Percentual	A ser mensurado em auditoria referencial
Meta 10.3	Integrar e compartilhar os bancos de dados afetos à Segurança Pública de 10 unidades federativas até dezembro de 2019.	SAI	Compartilhamento de dados efetivado entre os estados do Brasil Central Seguro.	Sistema de monitoramento	Unidades federativas	3
Meta 10.4	Formular, monitorar, revisar e avaliar o planejamento estratégico de segurança pública até dezembro de 2019.	NGER	Anuário publicado	Website da SESP	Percentual	Zero (Anuário)

Fonte: Elaboração própria.

Continuação do quadro 7- Resume o painel de indicadores

OE9	Dinamizar e integrar os procedimentos de aquisições entre as unidades gestoras e a administração sistêmica da SESP	Sector Responsável	Indicador	Fonte	Unidade de Medida	Valor de referência
Meta 9.1	Reduzir o prazo médio de emissão de ordem de fornecimento em processos de pregão, de 205 para 115 dias até dezembro de 2019	Coordenadoria de Aquisições - SAAS	Prazo decorrido	Sistema de protocolo da SESP/MT. Coordenadoria de Aquisições - SAAS	Dias	205
Meta 9.2	Reduzir o prazo médio de emissão de ordem de fornecimento em processos de compra direta, de 42 para 30 dias até dezembro de 2019	Coordenadoria de Aquisições - SAAS	Prazo decorrido	Sistema de protocolo da SESP/MT. Coordenadoria de Aquisições - SAAS	Dias	42
Meta 9.3	Reduzir o prazo médio de emissão de ordem de fornecimento em processos de adesão a ata de registro de preço, de 114 para 90 dias até dezembro de 2019.	Coordenadoria de Aquisições - SAAS	Prazo decorrido	Sistema de protocolo da SESP/MT. Coordenadoria de Aquisições - SAAS	Dias	114
OE10	Fortalecer o sistema de inteligência estadual por meio de formação de uma rede de produção de conhecimento	Sector Responsável	Indicador	Fonte	Unidade de Medida	Valor de referência
Meta 10.1	Integrar os sistemas de tecnologia da informação em segurança pública em no mínimo 90% até dezembro de 2019.	Coordenadoria de Tecnologia da Comunicação	Percentual de integração	Sistema de monitoramento	Percentual	60%
Meta 10.2	Aumentar a comparabilidade, completude e confiabilidade dos registros em sistemas corporativos e difundir a aplicação das análises criminais até dezembro de 2019.	SAI	Percentual de incorreções	Relatório de auditoria	Percentual	A ser mensurado em auditoria referencial
Meta 10.3	Integrar e compartilhar os bancos de dados afetos à Segurança Pública de 10 unidades federativas até dezembro de 2019.	SAI	Compartilhamento de dados efetivado entre os estados do Brasil Central Seguro.	Sistema de monitoramento	Unidades federativas	3
Meta 10.4	Formular, monitorar, revisar e avaliar o planejamento estratégico de segurança pública até dezembro de 2019.	NGER	Anuário publicado	Website da SESP	Percentual	Zero (Anuário)

Fonte: Elaboração própria.

APÊNDICE B – Equipe técnica

Alessandra Paiva Puertas - Possui graduação em Farmácia e Bioquímica pela Universidade de Cuiabá (1996), mestrado em Saúde e Ambiente pela Universidade Federal de Mato Grosso (2003) e Pós Graduação em Genética Forense pela Universidade Federal do Pará (2005). Atualmente é perita oficial criminal - Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso. Tem experiência na área de Farmacologia, com ênfase em Farmacologia de Produtos Naturais. Possui ainda experiência em Genética, Toxicologia e Química Forense.

Alessandro Gonçalves Guimarães Ferreira - Tenente Coronel da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso. Diretor de Gestão de Pessoas da PMMT. Bacharel em Segurança Pública pela Academia de Polícia Militar Costa Verde/PMMT em convênio com a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Tecnólogo em Gestão Pública pela UNIDERP/MS. Especialista em Gestão de Segurança Pública pela UNEMAT. Cursando Direito pela Universidade Cidade de São Paulo (Unicid). Cursando Especialização em Direito Civil e Processo Civil pela Universidade Cidade de São Paulo (Unicid).

Alex Sandro Sales da Costa - servidor público no cargo de Gestor Governamental, atualmente exercendo a Coordenação do Núcleo de Gestão Estratégica para Resultados, formado em Administração de Empresas – UFPR, Tecnologia em Comércio Exterior – Uninter, Direito – FCR. Especializado em Políticas Públicas – FAE, Direito Civil Contemporâneo – UFMT.

Carlo Ralph de Muisis - Atuo como orientador de mestrado e doutorado nos Programas de Estudos Pós-Graduados em Física Ambiental da UFMT, e em Ciências Ambientais na UNIC, e como perito criminal na área de Engenharia Legal da POLITEC/MT. Tenho-me dedicado a estudos e pesquisas multidisciplinares tendo como referentes estatística multivariada, teoria das representações sociais, avaliação institucional, conforto ambiental, interação atmosfera-biosfera, modelagem por sistemas dinâmicos e física ambiental.

Carlos Fernando da Cunha Costa – Especialista em Direito e Processo Penal pela Fundação Escola Superior do Ministério Público, Especialista em Prática Pedagógica no Ensino Superior pelo Centro Universitário Cândido Rondon, Especialista em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Federal de Mato Grosso, Mestre em Direito Agrário e Ambiental pela Universidade Federal de Mato Grosso. Autor do livro A Tutela Penal do Meio Ambiente, 2013, Editora Juruá, coautor do livro O novo Direito Internacional do Meio Ambiente, 2011, Editora Juruá, e artigos diversos. Lecionou Direito e Processo Penal no Centro Universitário Cândido Rondon, bem como nos Cursos de Formação da Academia da Polícia Judiciária Civil e da Escola Superior de Formação e Aperfeiçoamento de Praças. É Delegado de Polícia de Classe Especial e exerce a função de Diretor da Academia da Polícia Judiciária Civil.

Danielle Almeida Kormann - Bacharel em Administração de Empresas. Especialista – área: multidisciplinar. Analista do Serviço de Trânsito.

Danielle Marques de Almeida Trevizan - Analista Administrativa, Administradora, Pós-graduada em Teoria Cognitivo-Comportamental.

Diana Maria de Lima - Possui graduação em Processamento de Dados pela Faculdade de Informática de Cuiabá - CBA (2004), especialização em Gestão de Projetos em Engenharia de Software (2009) pela faculdade Unirondon -CBA e especialização em Análise de Sistemas com Ênfase em Governança em TI (2011) pela faculdade das Aguas Emendadas - DF. Tem experiência na área de análise de negócio e análise de sistemas e gerenciamento de projetos. Atualmente é coordenadora de soluções tecnológicas STI/SAAS/SESP, atuando na coordenação e avaliação de projetos, manutenções sistemas de informação e coordenação de administração de banco de dados.

Diogo Tartarini Herrero - Técnico de Desenvolvimento Econômico e Social, do Governo do Estado de Mato Grosso, lotado na Perícia Oficial e Identificação Técnica – POLITEC. Graduação no Curso Superior em Tecnologia de Gestão Pública, pela Universidade do Norte do Paraná – Unopar, campus Coxipó III, em Cuiabá – MT. Funções exercidas; 2007 - 2009 - Nomeação no cargo de Gerente de Programação Financeira, da Secretaria Executiva do Núcleo Segurança, da Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Mato Grosso. 2009 - Nomeado no cargo de Coordenador Financeiro, da Secretaria Executiva do Núcleo Segurança, da Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Mato Grosso. 2009 - 2011 - Nomeação no cargo de Gerente de Programação e Execução Financeira, da Agência Executiva dos Projetos da Copa do Mundo FIFA 2014 – AGE COPA, do Estado de Mato Grosso. 2011 - 2014 - Nomeação no cargo de Assessor de Coordenadoria de Planejamento do Tribunal de Justiça de Mato Grosso. 2015 - Nomeação no cargo de Coordenador Financeiro e posteriormente Superintendente Contábil e Financeiro, da Secretaria das Cidades do Estado de Mato Grosso. 2016 - Atualmente nomeado no cargo de Superintendente de Orçamento, Convênios e Finanças da Secretaria das Cidades do Estado de Mato Grosso.

Elton Souza - 3ºSargento da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, Membro da Equipe de Licitação e contratos do CIOPAer, Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), 2006 a 2010.

Fernando Giroto Santiago - Major da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso. Coordenador de Orçamento e Convênios da PMMT. Bacharel em Segurança Pública, pela Academia de Polícia Militar Costa Verde – MT, especialista em Operações Policiais Especiais, técnico-coautor em Procedimento Operacional Padrão para a PMMT, especialista em Operações ROTAM, especialista em ensino de Tiro Policial e pós-graduado em Gestão de Segurança Pública, pela Academia de Polícia Militar Costa Verde – MT.

Gênison Brito Alves Lima - Especialista em Gestão de Segurança Pública pela UFMT (2004), possui graduação em Comunicação Social - Faculdades Integradas Cândido Rondon (2004) e graduação em Direito pela Universidade Gama Filho (1987). AREA DE ATUAÇÃO nos últimos 15 anos: Delegado Titular da Delegacia Especializada do Adolescente - 2001/2003; Chefe de Gabinete da Diretoria Geral da Polícia Judiciária Civil - 2003/2006; Diretor Adjunto da Academia de Polícia Judiciária Civil do Estado de Mato Grosso - 2006/2008; Coordenador do Centro de Estudos e Pesquisas Aplicados da Polícia Judiciária Civil - 2006/2008; Superintendente Estadual do Sistema Socioeducativo da Secretaria Adjunta de Justiça do Estado de Mato Grosso - 2008; Diretor da Academia de Polícia Judiciária Civil - 2010 até março de 2012; Coordenador da Delegacia do Carumbé e do Plantão Metropolitano em 2012/ até janeiro de 2013; Ouvidor Especial da Polícia Judiciária Civil - 2013; Coordenador de Polícia Comunitária da Polícia Judiciária Civil - desde dezembro de 2013.

Juliano Chirolí - Tenente Coronel da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso;

Piloto no Centro Integrado de Operações Aéreas do Mato Grosso. Bacharel em Segurança Pública pela Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT), 1998 a 2000. Bacharel em Direito pela Universidade de Cuiabá (UNIC) – Cuiabá /MT, 2001 a 2008. Pós Graduado em Gestão Organizacional de Segurança Pública pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), 2009. Pós Graduado em Políticas Estratégicas e Desenvolvimento Regional Aplicado à Segurança Pública pela Academia de Polícia Militar Costa Verde (APMCV), 2015.

Keila Nunes Costa - Coordenadora de Gestão de Pessoas, Psicóloga, Analista de Desenvolvimento Econômico e Social. Pós graduada em Psicopedagogia, Psicologia Clínica e da Saúde, Terapia Cognitivo-Comportamental.

Lucas Maciel - 1º Tenente da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso. Assessor do GGI-E. Bacharel em Segurança Pública e especialista em Direito Civil.

Luciana Bragança Brandão da Silva – Tenente Coronel do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso. Graduada no Curso de Formação de Oficiais do CBMDF, 2001/2003. Graduada em Gestão em Segurança Pública e Privada pela UNIVAG, 2006. Pós-Graduada em Gerenciamento de Segurança Pública pelo CBMGO em parceria com a Universidade Estadual de Goiás, 2011. Possui especializações operacionais em Busca e Resgate em Estruturas Colapsadas - BREC, Prevenção e Combate a Incêndios Florestais – CPCIF, Negociador em Gerenciamento de Crise, Sistema de Comando de Incidentes e Operações em Emergências com Produtos Perigosos. Cursando Curso Superior de Polícia – CSP (Pós-Graduação de Gestão em Segurança Pública) pela ACADEPOL. Atualmente exerce a função de Coordenadora de Execução Orçamentária e Arrecadação do CBMMT.

Marcello Ferreira de Carvalho - Bacharel em Administração de Empresas. Especialista – área: multidisciplinar . Agente do Serviço de Trânsito.

Maryane Cristina Bastos da Cruz - Servidora Pública da SESP/MT, desde 2004. Analista Administrativo, perfil Advogada OAB/MT 17.411. Graduada em Direito pela Universidade de Cuiabá-UNIC (2004). Especialização *Latu Sensu* em Gestão Pública pela UNEMAT (2014). Pós Graduada pela Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas de Diamantino - UNED (2012) em Direito Administrativo e Processo Administrativo e Pós Graduada pela Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL (2010) em Direito Administrativo. Exerceu a função de Gerente de Contratos da SESP/MT de 2007 a 2008. Atualmente está no cargo de Assessora Técnica da Secretaria Adjunta de Administração Sistêmica da SESP/MT.

Michel Ferronato - nascido em 06 de maio de 1976 na cidade de Salto Veloso - SC, ingressou nas fileiras da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso em 08 de fevereiro de 1999, na Academia de Polícia Militar Costa Verde, onde concluiu o Curso de Formação de Oficiais e em seguida declarado Aspirante a Oficial em dezembro de 2001. Possui pós-graduação, pela UFMT, em Gestão Pública com ênfase em Análise de Inteligência de Segurança Pública, em março de 2007, e pela Academia Costa Verde em parceria com a UNEMAT no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais - CAO - em 29 de julho de 2011. Possui publicação conjunta com outros autores no livro: "Inteligência de Segurança Pública - um xeque mate na criminalidade", publicado em 2009, e teve artigo científico publicado no IBCCRIM em 2011 sob o tema: "A aplicabilidade do Decreto 4553/02 no Sistema de Inteligência de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso". Atualmente, é major da PMMT exercendo a função de Assessor Técnico no gabinete da Secretaria Adjunta de Inteligência da SESP/MT.

Rafael Dias Guimarães - Major da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso. Coordenador do Gabinete de Gestão Integrada Estadual. Bacharel em Segurança Pública e especialização no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da PMMT.

Sheila Sebalhos Santana - Major do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso; Graduada em Gestão de Riscos Coletivos pela Universidade Estadual do Pará (UEPA), 2006. Pós Graduada em Gestão em Segurança Pública pela Academia de Polícia Militar Costa Verde (APMCV), 2014. Atualmente está na função de Coordenadora de Planejamento Estratégico e Estatística do CB.

Susan Marcely da Paixão Carvalho – Graduada em Processamento de Dados (2004) pelo Centro Universitário Cândido Rondon - MT, especialização em Análise de Sistemas com Ênfase em Governança em TI (2011) pela faculdade das Aguas Emendadas – DF e cursando MBA de Gestão de Processos de Negócio pela Escola do Poder Legislativo do Estado de MT. Atualmente integra a equipe da Gerência de Projetos da STI/SAAS/SESP.

Vagner Jorge Santino da Silva – Coronel do Corpo de Bombeiros Militar exercendo a função de Diretor de Gestão Estratégica da Corporação. Bacharel em Direito pela Universidade Gama Filho, possui Pós-Graduação em Política, Estratégia e Gestão pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra e Gestão Organizacional em Segurança Pública pela UNEMAT. Recebeu a Menção Honrosa do Prêmio Estadual de Direitos Humanos Padre José Ten Cate no ano de 2008 como membro fundador da Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo. Exerceu as funções de Coordenador de Áreas Temáticas e Secretário Executivo do Gabinete de Gestão Integrada em Segurança Pública. Foi Secretário Executivo da 1ª Conferência Estadual de Segurança Pública – Etapa Mato Grosso, Secretário Executivo do Comitê Estadual de Gestão do Fogo. Membro da Comissão de Elaboração do Plano Estadual de Justiça e Segurança Pública com Cidadania 2008-2011/SEJUSP-MT. Possui experiência em funções de Comando, Chefia, Direção e Assessoramento Superior.

APÊNDICE C – Coordenação técnica

Patricia de C. V. Fachone – Mestre e doutora em Política Científica e Tecnológica pela UNICAMP (Conceito CAPES 6). Instituiu o primeiro grupo de pesquisa registrado no CNPq na então Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Estado de Mato Grosso, intitulado “Ciência Forense”. Lidera as linhas de pesquisa: Política e administração em ciência forense, e Técnicas de gestão em segurança pública contemporânea. Foi a vencedora do I Prêmio Nacional de Monografias em Segurança com Cidadania Professora Valdemarina Bidone de Azevedo e Souza, no Eixo repressão qualificada da criminalidade, na 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública (Conseg), com a monografia Ciência forense: um corpo especializado de conhecimento. Exerce o cargo de perita oficial criminal, classe D, foi Coordenadora de Criminalística e Diretora Geral da POLITEC no Governo do Estado do Mato Grosso. Tem experiência na área de ciência política, com ênfase em políticas públicas, atuando principalmente nos seguintes temas: ciência forense, perícia criminal, segurança pública, administração pública, sociologia do conhecimento, dinâmica da produção e uso do conhecimento.

Fabiana de Mello Vidotto -Formanda em Engenharia Florestal na Universidade Federal do Mato Grosso – UFMT. Técnica de Desenvolvimento Econômico Social, contribuindo na Coordenadoria de Projetos da Secretaria de estado de Segurança Pública - SESP. Tem experiência em desenvolvimento de projetos voltados à captação de recursos extra-orçamentários, sistemas corporativos, e softwares como yworks e BizAgi.

Juliana Elizabeth da Silva Viana – Graduada em Administração pela Universidade Federal do Mato Grosso - UFMT. Analista de Desenvolvimento Econômico Social, atuou no Escritório de Projetos da SESP, e atualmente integra a equipe do Núcleo de Gestão Estratégica para resultados.

Sidnei Rogerio Novais – Graduado em Administração pela UFMT, com MBA - Gestão de *marketing* pela FGV. Frequentou mais de 1600 horas de cursos diversos. Desde 2011 é servidor público: Carreira: Analista de Desenvolvimento Econômico e Social - Administrador. Cargo: Assessor Técnico junto ao NGER/SESP/GOV de MT. Experiências profissionais: 2009 a 2016 - Professor Universitário UFMT/UNIC; 2009 a 2011 - Presidente da Arca multincubadora de empresas vinculada a UFMT; 1993 a 2009 - Consultor de Negócios, em um dos 100 maiores grupos empresarias do Brasil; 2012 - Autor do Fascículo "Sistema de Informação" EdUFMT; Atividade Solidária: desde 2001 realiza a palestras "Estudando para Vencer: conceitos e técnicas para realizar seus sonhos curtindo a vida na moral", destinada a estudantes de escola pública do ensino médio.

ANEXO A - CÓPIAS DE DOCUMENTOS E FOTOGRAFIAS

